Banco Europeu de Investimento

o banco da UE

2015

Relatório Anual

das atividades do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos países e territórios ultramarinos

Índice

4 Prefácio de Pim van Ballekom e de Ambroise Fayolle, Vice-Presidentes do BEI

6 Principais resultados de 2015

8 Ambiente económico e clima de investimento na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico

12 Atividades em 2015 – ACP, PTU e África do Sul

16 Prioridades do BEI: ação evolutiva

20 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

22 A ferramenta certa para o trabalho certo: como funciona o financiamento do BEI

23 O foco no Pacote de Financiamento de Elevado Impacto

24 Operações a destacar em 2015

25 Encaminhar o investimento para os que dele mais carecem

28 Redes de transportes – aproximar as pessoas e as empresas

29 Infraestruturas energéticas – reforçar o aprovisionamento, a resiliência e a eficiência

31 Infraestruturas de TIC – melhorar os serviços das empresas privadas e públicas

32 Acesso à água potável – ainda um problema

34 A diferença que o BEI faz nas operações

38 O Quadro de Medição de Resultados

40 Parcerias para o desenvolvimento

44 «Prioridades e objetivos comuns» – como podem o BEI e a UNIDO trabalhar em conjunto

46 Resultados da carteira da FI como fundo autorrenovável

48 Organização e recursos humanos

51 Os anos futuros

52 Anexos

Relatório Anual 2015 das atividades do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos países e territórios ultramarinos

As operações do BEI nos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e nos países e territórios ultramarinos (PTU) são realizadas ao abrigo do Acordo de Parceria ACP-UE («Acordo de Cotonu», 2000-2020) e da Decisão de Associação Ultramarina, que constituem o quadro jurídico que rege as relações da UE com estas regiões. O financiamento ao abrigo destes acordos provém dos orçamentos dos Estados-Membros da UE, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), e dos recursos próprios do BEI, captados nos mercados de capitais internacionais.

O Banco tem a seu cargo a gestão da Facilidade de Investimento, um fundo autorrenovável que responde às necessidades de financiamento de projetos de investimento realizados nestas regiões, recorrendo a um amplo leque de instrumentos flexíveis de tomada de risco. Para acompanhar a preparação e execução dos projetos que financia, o BEI também pode conceder aos seus mutuários e beneficiários finais subvenções sob a forma de bonificações de juros e assistência técnica.

Nos termos do «Acordo de Cotonu»[1],o objetivo central da cooperação ACP-UE é a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva dos países ACP na economia mundial[2].

O Acordo estabelece ainda que «as estratégias de cooperação ACP-UE […] têm por objetivo: assegurar um crescimento económico, rápido e sustentado, que permita criar postos de trabalho, desenvolver o setor privado, aumentar o emprego, melhorar o acesso aos recursos produtivos e às atividades económicas e promover a cooperação e a integração regionais[3]». De acordo com o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, as operações do BEI nos países ACP apoiam projetos que proporcionem benefícios sociais, económicos e ambientais sustentáveis, respeitando estritamente as obrigações de transparência que devem orientar a gestão de fundos públicos.

[1] Assinado em 2000, revisto em 2005 e 2010.
[2] Artigo 19, n.º 1.
[3] Artigo 20.º, n.º 1.

Prefácio
de Pim van Ballekom e de Ambroise Fayolle, Vice-Presidentes do BEI

O Banco Europeu de Investimento pode, uma vez mais, olhar com certo orgulho e satisfação para um ano de atividades desenvolvidas com os seus países parceiros e contrapartes nas regiões de África, das Caraíbas e do Pacífico e nos países e territórios ultramarinos.

Gostaríamos de felicitar as equipas envolvidas na prossecução dos nossos objetivos globais em 2015. Estes objetivos são apenas uma medida do impacto do BEI no terreno e apenas um aspeto dos desafios em evolução que o Banco enfrenta no seu trabalho quotidiano de realização de projetos sólidos. Não obstante, eles atestam o valor que o BEI possui na região.

O ano de 2015 ficou marcado pelos desafios da transição, interna e externa, depois de o Banco ter decidido aproximar-se mais dos seus clientes e de ter reestruturado as suas operações para melhorar a partilha transfronteiras de conhecimentos técnicos e financeiros. Foi um ano em que o Banco comemorou um esforço concertado e bem sucedido de combate ao Ébola e participou de forma empenhada em novos debates sobre a migração. Foi também um ano em que o BEI se comprometeu a aumentar o investimento em ações climáticas fora da União Europeia. Pode, portanto, afirmar-se que 2015 foi um ano que terá um enorme impacto no papel que o BEI irá desempenhar no futuro. Foi também o ano em que o Banco investiu 1 100 milhões de EUR em 34 projetos sólidos diferentes na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico, nos países e territórios ultramarinos e na República da África do Sul.

Como braço financeiro da União Europeia, o BEI realiza nestas regiões operações plenamente conformes com a Agenda para a Mudança da UE, a qual coloca o desenvolvimento do setor privado na primeira linha das prioridades para as economias emergentes. Apoiamos os nossos parceiros da Comissão Europeia e do Serviço Europeu de Ação Externa na prossecução das suas políticas, investindo em ambientes suscetíveis de contribuir para a prosperidade destas regiões. Com efeito, as operações do Banco dependem também de ambientes propícios, da boa governação e de um clima de investimento acolhedor. Para fazer a diferença com os recursos que detém, o Banco tem de ser seletivo e reconhecer os esforços dos países parceiros tendentes a estabelecer enquadramentos vocacionados para um crescimento sólido e sustentável.

Em termos globais, existem duas formas principais de o Banco contribuir para alcançar este objetivo: promover o desenvolvimento do setor privado e as infraestruturas essenciais. Tal não impede o Banco de centrar a sua atenção na ação climática. As questões climáticas são tomadas em consideração em todas as operações do Banco que, nas regiões ACP-PTU, trabalha com alguns dos países mais vulneráveis do mundo. As alterações climáticas são o grande desafio global do nosso tempo. Este é um tema a que regressaremos.

Nos termos do Acordo de Cotonu, o BEI está mandatado para administrar a Facilidade de Investimento ACP-PTU, o fundo autorrenovável que tem como elemento central o desenvolvimento dos setores privado e financeiro nestas regiões. São várias as linhas de atuação neste

domínio. O défice de financiamento existente entre os bancos e as pequenas empresas é um sintoma do mal-estar financeiro global que impede o crescimento e a criação de emprego. O BEI pretende preencher esta lacuna, concedendo aos bancos e a outras instituições financeiras linhas de crédito para apoiar as ambições das micro, pequenas e médias empresas no terreno. Ao mesmo tempo, o Banco apoia outros promotores de emprego, como sejam as grandes empresas, os serviços públicos do setor privado e as empresas europeias que pretendem expandir-se para regiões fora da UE. A Facilidade de Investimento ACP continua a revelar-se um instrumento sustentável e catalítico bem sucedido no apoio ao desenvolvimento do setor privado, um êxito notável recentemente confirmado pelo Tribunal de Contas Europeu.

Através do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, o BEI pode ir ainda mais longe, apoiando projetos que envolvem maiores riscos, mas também geram um maior impacto positivo no desenvolvimento. Este instrumento abre ao BEI o acesso a novos clientes finais. Aprofunda a contribuição do Banco para vários setores que, apesar de não negligenciados, são mais difíceis de servir com os instrumentos tradicionais do BEI. Ajuda o Banco a prestar apoio, em novos moldes, a empresários locais, mulheres empresárias, organizações comunitárias e aos mais jovens. Os setores da agricultura e da agroindústria são importantes agentes de criação de emprego nos países ACP e nos PTU. A segurança alimentar constitui um objetivo global. O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto é o instrumento perfeito para apoiar iniciativas nestes domínios.

Existe uma apetência crescente para o investimento nas regiões ACP e nos PTU, à medida que as economias se desenvolvem, as empresas se constituem, reorganizam e crescem, e cada vez mais pessoas entram na economia formal para seguirem a ambição que as motiva. Esta apetência ficou bem demonstrada por ocasião do primeiro «Dia da África» no BEI, que teve lugar em julho, no Luxemburgo. E a mensagem foi reforçada pouco depois na Conferência «Financiamento para o Desenvolvimento» em Adis Abeba. Foi também o que verificámos nas nossas visitas às diversas regiões, ao Botsuana, às Fiji, ao Senegal, à região das Caraíbas e outras. Para além do apoio às políticas da UE, o impacto no terreno dos projetos do BEI é também motivo para um esforço suplementar: comunidades rurais com acesso a água potável, escolas e hospitais com acesso à Internet, habitações com fornecimento seguro e sustentável de eletricidade e empréstimos que contribuem para o crescimento das empresas, mesmo das mais pequenas. O impacto é o elemento mais importante da atividade do BEI.

2015 foi um ano verdadeiramente importante no plano internacional. Em setembro, as Nações Unidas aprovaram formalmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que estabelecem um modelo para o desenvolvimento inclusivo e universal da generalidade dos países nos anos mais próximos. Os 17 objetivos são ambiciosos e não deixam ninguém de fora.

O BEI está disponível para apoiar os esforços que garantam a prossecução bem sucedida dos objetivos estabelecidos em 2015. Ao mesmo tempo, o Banco permanecerá atento a novos domínios em que pode dar um contributo específico. A operar em 160 países, dentro e fora da UE, o BEI continua a ocupar uma posição única como maior mutuante público do mundo pela sua competência técnica, capacidade financeira e forte sentido de responsabilidade institucional e social. Este posicionamento marca a convicção de longa data do Banco de que o investimento, a inovação, a estabilidade social e o crescimento não estão limitados pelas fronteiras, facto que agora foi também globalmente reconhecido pelo caráter universal dos ODS.

Onde quer que atue, o Banco é motivado pelos projetos que apoia. A reputação do Banco deriva dos resultados que produz. Respondendo aos apelos dos seus acionistas e às necessidades dos países seus parceiros, o Banco diversificou as suas operações em conformidade. Tem sido esta a linha de atuação do Banco em todo o mundo há quase 60 anos, em países que enfrentam importantes desafios no domínio das infraestruturas, desigualdades económicas e pressões sociais. Com o apoio dos Estados-Membros da UE e dos países seus parceiros, o Banco pode fazer mais, tanto a partir da sua sede no Luxemburgo, como através do seu envolvimento reforçado no terreno.

A África, as Caraíbas e o Pacífico continuarão a representar uma parte importante das atividades do BEI. Estamos confiantes de que o Relatório Anual deste ano confirmará de novo o compromisso de longa data do BEI para com os países ACP e os PTU, os seus esforços de crescimento e desenvolvimento sustentáveis e o espírito empreendedor dos seus povos.

Principais resultados de 2015

936 **milhões de EUR**
é o montante total das assinaturas nas regiões **ACP e PTU**, que aumenta para **1 086 milhões de EUR** quando se inclui a República da África do Sul

Projetos em **15** **países** e **6 agrupamentos regionais**

441 **milhões de EUR**
para **30 assinaturas** no setor financeiro (todas no âmbito da Facilidade de Investimento)

dos quais

219 **milhões de EUR**
para apoiar as PME através de **linhas de crédito** assinadas com **11 bancos**

57 **milhões de EUR**
para financiar as **empresas**

68 **milhões de EUR**
concedidos através de **instrumentos de microfinanciamento**

438 **milhões de EUR**
para **nove grandes projetos de infraestruturas** (um ao abrigo da Facilidade de Investimento, os outros oito a cargo de recursos próprios do BEI)

154 **milhões de EUR**
de investimento em **nove fundos de *private equity* diferentes**

60 **milhões de EUR**
para três projetos assinados no âmbito do **Pacote de Financiamento de Elevado Impacto**

150 **milhões de EUR**
de assinaturas para o **setor financeiro** na República da África do Sul

Resultados esperados das operações do BEI nos **países ACP e na África do Sul em 2015**

- Espera-se que as linhas de crédito para PME e *mid-caps* nos países ACP e na África do Sul originem **1 901 empréstimos**, no montante médio de **209 890 EUR** e prazo médio de 5,4 anos, devendo preservar **90 814 postos de trabalho**.
- Nove diferentes operações ao abrigo de três instrumentos de microfinanciamento distribuídas por diversos países de África, das Caraíbas e do Pacífico proporcionarão **1 782 000 empréstimos** a beneficiários finais durante a vigência do apoio financeiro do BEI. Destes empréstimos, no montante médio de 809 EUR, 66 % serão concedidos a mulheres. Ajudarão a manter **1 611 734 postos de trabalho**.
- As operações de *private equity* no valor de **154 milhões de EUR** permitirão criar **10 500 postos de trabalho** nas empresas beneficiárias finais.
- Duas operações no setor das telecomunicações proporcionarão acesso à Internet de alta velocidade a **119 736 habitações**.
- Dois projetos de infraestruturas no setor da água abastecerão **343 032** famílias com água potável limpa.
- Quatro novos projetos de distribuição de energia ligarão **296 800** famílias e empresas à rede de distribuição.

Ambiente económico e clima de investimento

na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico

Apesar das recentes melhorias na situação económica dos países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), persiste uma pobreza generalizada.

O PIB *per capita* médio nos países ACP ascende a 1 774 USD em África, a 5 241 nas Caraíbas e a 2 709 no Pacífico (ver Figura 1).

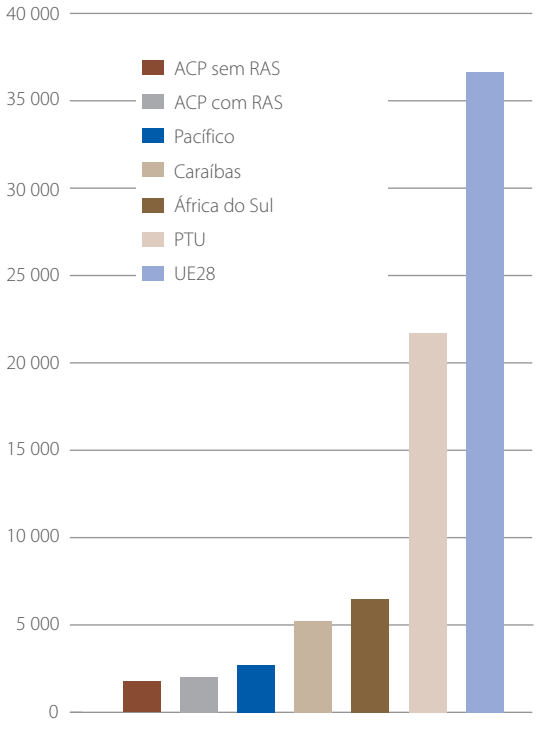
Excluindo a República da África do Sul, 47 % dos habitantes da África Subsariana vivem com menos de 1,25 USD por dia, tal como uns impressionantes 60 % no Pacífico e 10 % nas Caraíbas (ver Figura 1, com base em dados do Banco Mundial e do FMI).

A região ACP e, em especial, a África Subsariana, obtém também um mau posicionamento em termos de indicadores sociais, como sejam a literacia adulta e a esperança de vida. A situação apresenta melhorias em alguns países ACP, mas os 18 países pior classificados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 do PNUD são todos da África Subsariana.

Não obstante, ao longo da última década, a África Subsariana registou no seu conjunto elevadas taxas de crescimento económico, reformas significativas do Estado, bem como uma rápida expansão da classe média. Três fatores têm sustentado este sólido desempenho: um melhor ambiente empresarial e macroeconómico, os preços elevados das matérias-primas e condições financeiras globais altamente acomodatícias. Infelizmente, os dois últimos fatores sofreram recentemente uma tendência de inversão, com a queda significativa dos preços das matérias-primas e, em particular, dos preços do petróleo e uma maior restritividade das condições financeiras. Em termos globais, o crescimento na África Subsariana abrandou significativamente desde o início de 2015, e está estimado em 3,75 % para o exercício completo, desacelerando de 5 % em 2014.

As perspetivas regionais geralmente positivas escondem, no entanto, discrepâncias consideráveis entre países em termos de desempenho económico. Por um lado, os países exportadores de petróleo da região foram duramente atingidos pela queda dos rendimentos de exportação, e a atividade económica também foi penalizada pelos consequentes ajustamentos orçamentais drásticos. Por outro lado, na maioria dos países de baixo rendimento da região, o crescimento manteve-se firme, apoiado pelos contínuos investimentos em infraestruturas e pela solidez do consumo privado. Em contraste com os exportadores de petróleo, a queda dos preços do

Figura 1: PIB *per capita* – regiões do mundo (dados de 2014 em USD)



Fonte: FMI e Departamento de Economia do BEI

petróleo proporcionou um apoio cíclico aos rendimentos reais nos países importadores de petróleo.

O surto do vírus Ébola na África Ocidental está agora, em grande medida, sob controlo, o que é tranquilizador, mas a perspetiva a curto prazo continua sujeita a riscos consideráveis. A região é vulnerável a uma nova e mais longa desaceleração do crescimento na China ou na UE, bem como a uma queda prolongada dos preços das matérias-primas. Verificam-se também riscos persistentes específicos de cada país associados à instabilidade macroeconómica, à incerteza política e a elevados riscos geopolíticos em algumas partes da região. Alguns países da África Subsariana dispõem de amortecedores externos e orçamentais mais limitados do que dispunham no início da crise financeira global.

Ainda que o peso da dívida permaneça gerível, as debilidades dos setores empresarial e bancário têm surgido como potenciais passivos contingentes para os governos dos países exportadores de petróleo da região. Durante os últimos anos, muitos dos mercados de fronteira da região tiraram partido das taxas de juro muito reduzidas a nível mundial e emitiram euro-obrigações para financiar projetos de infraestruturas. Consequentemente, o rácio dívida/PIB dos países que aumentaram o acesso ao mercado obrigacionista acentuou-se nos últimos anos. As permanentes desvalorizações cambiais face ao dólar norte-americano podem conduzir, nesses países, a um rápido aumento do valor da dívida denominada em moeda estrangeira. Além disso, com a forte queda do preço do petróleo, algumas empresas podem ter dificuldade em reembolsar estes empréstimos. Por conseguinte, poderá registar-se um aumento do crédito mal parado, que exigirá injeções de capital.

De um modo geral, as perspetivas a médio prazo permanecem favoráveis, prevendo-se que o crescimento seja impulsionado pela procura interna, apoiada pela continuação dos investimentos em infraestruturas e pelo consumo privado. Entre as economias dos mercados de fronteira, prevê-se que a Costa do Marfim, o Quénia e o Senegal cresçam a um ritmo sólido, apoiadas por fortes investimentos em infraestruturas. O crescimento deverá também manter-se robusto na maioria dos países de baixo rendimento, impulsionado pelo investimento em infraestruturas (Etiópia, Ruanda) e na mineração (República Democrática do Congo, Moçambique, Tanzânia), pelo consumo (Uganda) e pela agricultura (Etiópia), embora a debilidade persistente dos preços dos seus

Quadro 1 – Panorama macroeconómico

	ACP com RAS	ACP sem RAS	Caraíbas	Pacífico	RAS	PTU	UE
Macroeconómico							
PIB *per capita* (USD)	2 033	1 774	5 241	2 709	6 483	21 726	36 645
PIB *per capita* (PPP)	8 272	7 246	17 052	3 922	13 094	47 173	40 066
PIB (mM USD em preços correntes de 2014)	1 997	1 647	144	30	350	19	18 527
Crescimento do PIB 2005-2013	5,8	6,4	3,6	5,6	3,2	-0,7	1,0
Crescimento do PIB 2014-2018 (previsto)	4,4	5,0	3,4	5,2	1,8		1,8
Balança corrente (% do PIB)	-4,2	-4,0	-4,2	-0,5	-5,4	7,1	1,7
Orçamental							
Dívida pública (% do PIB)	34,2	31,5	51,6	37,1	46,0		88,1
Défice público (% do PIB)	-3,4	-3,4	-3,4	-0,9	-3,8		-2,9
Setor financeiro							
Crédito em % do PIB	45	20	34	41	152	57	101
Empréstimos/depósitos	79	69	87	61	110	89	96
Desenvolvimento humano							
Posição no IDH (em 189)	138	143	93	138	118		18
Esperança de vida	58	59	72	65	57		81
Taxa de pobreza	36	47	10	60	10		
Literacia dos adultos	71	65	90	68	93		99

principais produtos de exportação (metais comuns) deva compensar parcialmente o efeito do declínio dos preços do petróleo no poder de compra.

O choque dos preços do petróleo realça a necessidade de diversificação das economias dos países exportadores de petróleo. A diversificação exigirá políticas que removam os obstáculos à atividade do setor privado e melhorem o ambiente de negócios. De modo mais geral, na maioria das economias, são necessárias reformas estruturais para promover e sustentar um crescimento rápido da produtividade. É evidente um acentuado défice de infraestruturas, especialmente nos setores da eletricidade, dos transportes e da água. Será fundamental que as melhorias nos sistemas de gestão do investimento público sejam acompanhadas por esforços que garantam uma afetação dos recursos a usos mais produtivos. Os esforços de reforma devem ser orientados para reforçar a seleção, a execução e o acompanhamento dos projetos, devendo encorajar a transparência e a responsabilização na utilização dos recursos públicos.

A região das Caraíbas enfrenta uma vulnerabilidade ambiental de longa data, problemas de competitividade, dívida pública elevada e fragilidades financeiras significativas. A região abrange mais de 25 países e territórios dependentes, cerca de metade dos quais com menos de 100 000 habitantes. Monserrate, o mais pequeno de todos, tem uma população de apenas 5 000 habitantes. Os principais desafios incluem as catástrofes naturais, o fraco investimento, as insuficiências no domínio do ensino, a falta de infraestruturas, o ambiente de negócios desfavorável, o endividamento e o possível prolongamento da estagnação das economias avançadas.

Durante a última década, países como Granada, Dominica, Belize, São Cristóvão e Nevis e Santa Lúcia solicitaram a ajuda de emergência ao FMI para catástrofes naturais. Outros, como o Haiti, têm beneficiado de consideráveis esforços internacionais de ajuda humanitária. Esta vulnerabilidade vai continuar a ser um problema sério, agravado pelo facto de que a maioria dos países altamente vulneráveis são também altamente endividados e permanecem presos numa armadilha de dívida elevada e baixo crescimento.[4]

O rácio da dívida pública em relação ao PIB é, em média, de 70 % (comparado com a média não ponderada mundial de 50 %), mas a recente crise está a ensombrar as perspetivas. Desde 2000, uma dúzia de países das Caraíbas foi alvo de programas de reestruturação da dívida ou de outras formas de redução do endividamento que não são evidenciadas pelos números oficiais atuais. De acordo com dados do Banco de Desenvolvimento das Caraíbas (CDB), vários dos seus países membros mutuários são confrontados com encargos de dívida que estão muito para além da capacidade de absorção das respetivas economias, tendo como consequência um potencial significativo de distorção na afetação dos recursos.

Os progressos na via do desenvolvimento estão a ser comprometidos e as perspetivas de crescimento são reduzidas. Em 2014, o crescimento real médio (não ponderado) do PIB nos 14 países das Caraíbas incluídos na base da dados do FMI ascendia a 2,6 %, o que, comparando com o valor mundial de 3,2 %, demonstra que a região tem tido um desempenho insatisfatório. As diferenças entre países permanecem, no entanto, significativas. A República Dominicana, São Cristóvão e Nevis e Granada cresceram a taxas entre os 5 % e os 7,4 %, enquanto a Jamaica, Barbados, Santa Lúcia e Trindade e Tobago ficaram abaixo de 1 % e São Vicente e Granadinas registaram valores negativos.

As ilhas do Pacífico continuam a sofrer da sua falta de dimensão, do isolamento, da escassez de recursos naturais e humanos e da exposição a riscos naturais, desafios que são bastante difíceis de superar. A região Pacífico dos ACP abrange 14 países, com uma população total de 18 milhões de habitantes (7,5 milhões dos quais na Papua Nova Guiné), espalhados por inúmeras ilhas pequenas

e ultraperiféricas, propensas a catástrofes naturais, tais como ciclones, furacões e inundações.[5]

As alterações climáticas não só colocam um grande desafio para a consecução do desenvolvimento sustentável, como também ameaçam a própria existência de muitos destes países. As ilhas-atol, como sejam as Repúblicas de Quiribáti, as Ilhas Marshall e Tuvalu, estão a apenas um metro acima do nível do mar. O Governo de Tuvalu considerou a possibilidade de realojar toda a sua população na Austrália, num futuro não muito distante.

Algumas ilhas do Pacífico alcançaram o estatuto de país de rendimento médio, e algumas delas foram mesmo consideradas como país de «desenvolvimento humano médio». No entanto, o progresso na resolução de vulnerabilidades económicas e ambientais está a abrandar, ao mesmo tempo que a pobreza e as desigualdades estão a aumentar na região, com muitos países a dependerem de ajuda externa. A inflação e a dívida pública rondam os 3 % e os 35 % respetivamente, prevendo-se que permaneçam bem controlados. No entanto, a falta de infraestruturas e os problemas de competitividade continuarão a impedir um desempenho macroeconómico sólido. Prevê-se que o investimento recue de um máximo de 28 % do PIB em 2010 para cerca de 19 %. O desemprego feminino e jovem deverá permanecer elevado, acima dos 20 %, comparado com a média mundial de cerca de 13 %.

O crescimento médio (não ponderado) aumentou significativamente de 1,9 % em 2013 para 3,2 % em 2014, e prevê-se que continue a subir para 3,5 % em 2015, antes de abrandar novamente para 3,3 % em 2016.

[4] A literatura económica é praticamente unânime quanto à existência de uma relação «não linear» entre a dívida e o crescimento: enquanto os níveis de dívida baixos a moderados estão positivamente associados ao crescimento, existe um limiar para além do qual os benefícios da dívida indutores do crescimento, especialmente da dívida pública, acabam por ser revertidos. O mesmo efeito parece aplicar-se ao desenvolvimento: demasiada dívida é prejudicial à atenuação da pobreza e a uma distribuição mais equitativa do rendimento.

[5] A base de dados do World Economic Outlook do FMI apenas fornece dados para 12 ilhas do Pacífico.

Atividades em 2015

África, Caraíbas e Pacífico, países e territórios ultramarinos

Em 2015, o BEI assinou operações nas regiões ACP e PTU no total de 936 milhões de EUR. Este montante foi distribuído por 41 contratos diferentes respeitantes a 29 operações novas. Compara favoravelmente com o montante de 2014, ano em que o Banco assinou 33 contratos no valor agregado de 925 milhões de EUR referentes a 22 operações. Este valor final exclui 25 milhões de EUR em fundos de terceiros. As assinaturas do BEI em 2015 distribuíram-se por 15 países e seis agrupamentos regionais.

Na República da África do Sul, o Banco investiu 150 milhões de EUR no Instrumento para o Setor Privado da África do Sul, ao abrigo do qual três instituições financeiras daquele país receberam linhas de crédito de 50 milhões de EUR cada, a que se seguirá uma quarta. Trata-se do primeiro empréstimo do BEI na África do Sul vocacionado para as pequenas empresas desde há muitos anos. Em 2014, o Banco investiu 175 milhões de EUR em dois diferentes projetos de energias renováveis, ambos envolvendo centrais de energia solar no Cabo Setentrional. As operações na África do Sul não são realizadas ao abrigo do Acordo de Cotonu, como é o caso noutros países da África Subsariana, das Caraíbas e do Pacífico. A África do Sul é contemplada por uma dotação própria para financiamentos, ao abrigo do mandato de financiamento externo da UE.

Agregando todos estes montantes, pode concluir-se que o BEI investiu 1 086 milhões de EUR nos países ACP, nos PTU e na África do Sul em 2015, o que representa uma ligeira queda de 3 % face aos 1 125 milhões de EUR de 2014. O Banco tem os seus objetivos e procura crescer e diversificar as suas operações nas regiões ACP de forma sustentável. Por conseguinte, o montante de investimento assinado decresceu ligeiramente mas, em contrapartida, foi encaminhado pelo Banco para um número superior de operações e de contratos.

As aprovações em 2015 em todos os países ACP, nos PTU e na República da África do Sul alcançaram os 1 303 milhões de EUR, o que representa um aumento de 34 % face ao montante de 971 milhões de EUR em 2014.

Os desembolsos em 2015 ascenderam a 661 milhões de EUR, valor que é também superior aos 548 milhões de EUR de 2014. Estes valores podem ser considerados um bom progresso, na medida em que um dos objetivos do Banco passa pelo aumento dos desembolsos. Este objetivo é válido tanto para os empréstimos diretos como indiretos, e o BEI continua ativamente empenhado em explorar métodos que garantam a atempada disponibilização de fundos às micro, pequenas e médias empresas que criarão emprego e estimularão o crescimento nas regiões ACP. Para aumentar os desembolsos, o BEI privilegia cada vez mais a cooperação direta com os clientes. Esta estratégia aplica-se tanto ao investimento direto de grande escala como às operações indiretas com o setor financeiro.

Resultados similares, meios diferentes

Embora as assinaturas em 2015 correspondam largamente às do ano anterior, a sua composição foi bem diferente. O BEI investiu mais recursos próprios nos projetos de infraestruturas, que são essenciais para o desenvolvimento económico, ainda que se tenha registado uma queda no investimento ao abrigo da Facilidade

de Investimento ACP. As metas foram superadas na primeira vertente, não tendo, porém, sido completamente alcançadas na segunda. Conseguiu-se, ainda assim, um equilíbrio global.

O declínio relativo dos valores puramente financeiros de um ano para o seguinte no âmbito da Facilidade de Investimento ACP pode ser explicado, pelo menos em parte, por uma grande operação de financiamento de um projeto que não atingiu as fases críticas, bem como pelos esforços para consolidar a quota de linhas de crédito no volume de financiamento global.

As assinaturas ao abrigo da Facilidade de Investimento ACP, o fundo autorrenovável para operações do setor privado que o BEI está mandatado para administrar, decresceram de 647 milhões de EUR para 577 milhões de EUR entre 2014 e 2015. Dentro deste montante, registou-se uma redução substancial do valor total das linhas de crédito concedidas a instituições financeiras. O que não significa, no entanto, que a sua importância tenha diminuído.

O BEI encetou um processo de diversificação nas regiões ACP, alargando a sua gama de operações. Investiu 154 milhões de EUR em nove fundos diferentes de *private equity*, 68 milhões de EUR através de instrumentos de microfinanciamento e aprovou duas operações de garantia. Os efeitos da diversificação far-se-ão sentir de forma mais evidente ao longo dos próximos anos.

O valor das operações a cargo de recursos próprios aumentou de 244 milhões de EUR para 359 milhões de EUR entre 2014 e 2015. Este aumento pode ser atribuído a projetos de grande dimensão de transporte de eletricidade na África Ocidental, bem como a investimentos substanciais em redes de transporte na Papua-Nova Guiné.

Lista de projetos assinados em 2015

(As listas detalhadas que enumeram o conjunto dos projetos assinados desde o início do mandato de Cotonu constam dos anexos 3 e 4)

Projetos assinados a cargo da FI em 2015

Países ACP					
Moçambique	MOMA TITANIUM D	Indústria	Privado		21,3
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III C	Linhas de crédito	Privado	∞	10,0
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III D	Linhas de crédito	Privado	∞	15,0
Moçambique	MOZAMBIQUE FINANCIAL SECTOR LINE OF CREDIT MBIM ~	Linhas de crédito	Privado	∞	20,0
Regional – África	AFRICA RENEWABLE ENERGY FUND LP	Serviços financeiros	Privado	∞	14,8
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Energia	Privado	∞	12,0
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Serviços financeiros	Privado	∞	3,0
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Transportes	Privado	∞	6,0
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Água e saneamento	Privado	∞	2,0
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Telecomunicações	Privado	∞	1,5
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Educação	Privado	∞	1,5
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Saúde	Privado	∞	3,0
Regional – África	MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Resíduos sólidos	Privado	∞	1,0
Regional – África	IFHA II	Serviços financeiros	Privado		21,7
Regional – África	APIS GROWTH FUND I	Serviços financeiros	Privado		19,3
Regional – África Oriental	EAC MICROFINANCE FACILITY II (FAULU)	Serviços financeiros	Privado	∞	10,0
Regional – África Oriental	EAC MICROFINANCE FACILITY II AB BANK RWANDA	Serviços financeiros	Privado	∞	1,0
Regional – África Oriental	EAC MICROFINANCE FACILITY II AB BANK TANZANIA	Serviços financeiros	Privado	∞	4,0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF ABC BANK ~	Linhas de crédito	Privado	∞	5,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II FAMILY BANK KENYA	Linhas de crédito	Privado	∞	27,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II NIC BANK KENYA	Linhas de crédito	Privado	∞	50,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II CRDB TANZANIA	Linhas de crédito	Privado	∞	49,5
Regional – África Austral	SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY (BIM) ~	Serviços financeiros	Privado	∞	10,0
Regional – África Austral	SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY (EFC PULSE) ~	Serviços financeiros	Privado	∞	4,0
Regional – África Austral	SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY AB BANK ZM ~	Serviços financeiros	Privado	∞	3,0
Regional – África Austral	SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY MOZA BANCO ~	Serviços financeiros	Privado	∞	10,0
Regional – África Austral	SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY (FNBZ) ~	Serviços financeiros	Privado	∞	6,0
Maurícia	OMNICANE CARBON BURN-OUT	Resíduos sólidos	Privado	∞	8,0
Zâmbia	LUSAKA POWER TRANSMISSION AND DISTRIBUTION NETWORK *	Energia	Público		78,0
Zâmbia	FNB ZAMBIA FACILITY LOAN FOR SMES AND MIDCAPS	Linhas de crédito	Privado	∞	14,0
Regional – ACP	ACCESS MICROFINANCE HOLDING III B	Serviços financeiros	Privado		2,2
Regional – ACP	AGRIF ~	Agricultura, pescas e silvicultura	Privado		13,2
Regional – ACP	MICROCRED III	Serviços financeiros	Privado		3,0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN E	Linhas de crédito	Privado	∞	20,0
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II E	Linhas de crédito	Privado	∞	10,0
Regional – África Central	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II FAMILY BANK KENYA	Linhas de crédito	Privado	∞	3,0
Regional – África Central	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II CRDB TANZANIA	Linhas de crédito	Privado	∞	5,5
Angola	TVCABO MULTIMEDIA II	Telecomunicações	Privado		20,0
					508,5
PTU					
São Martinho (Sint Maarten)	ST MAARTEN FIBRE TO THE HOME FTTH	Telecomunicações	Privado		8,0
					8,0

PFEI-FI ACP Cotonu III

Países ACP					
Regional – África	ENERGY ACCESS FUND	Serviços financeiros	Privado	∞	10,0
Regional – ACP	TCX – THE CURRENCY EXCHANGE FUND N V	Serviços financeiros	Privado		40,0
Regional – Caraíbas	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FINANCE FACILITY ~	Linhas de crédito	Privado	∞	10,0
					60,0
TOTAL FI					**576,5**

Projetos assinados a cargo de recursos próprios do BEI em 2015

Estados ACP					
Benim	RESTRUCTURATION DES RESEAUX ELECTRIQUES BENIN *	Energia	Público		18,0
Costa do Marfim	CI ENERGIES NETWORK UPGRADE & ENERGY EFFICIENCY *	Energia	Público	∞	117,7
Maláui	ESSENTIAL AVIATION SAFETY UPGRADE - MALAWI *	Transportes	Público		21,0
Maláui	LILONGWE WATER RESOURCE EFFICIENCY PROGRAMME *	Água e saneamento	Público	∞	24,0
Papua-Nova Guiné	PNG RURAL BRIDGES *	Transportes	Público	∞	53,4
Senegal	OMVG - INTERCONNECTION B *	Energia	Público		20,0
Etiópia	URBAN WATER SUPPLY PROGRAMME ETHIOPIA * ~	Água e saneamento	Público	∞	40,0
Guiné	OMVG - INTERCONNECTION A *	Energia	Público		65,0
					359,1
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS DO BEI					**359,1**

* Operações que beneficiam/beneficiarão de uma dotação para bonificação de juros e/ou de uma subvenção do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas

~ Operações que beneficiam de uma subvenção para assistência técnica

∞ Operações de apoio à ação climática. A ação climática é registada como percentagem das operações de financiamento do BEI assinadas, na medida em que estas estejam em conformidade com as definições, os setores e os tipos de atividade da ação climática, de forma granular (ou seja, calculando o componente, subcomponente ou a proporção relevantes). No que respeita às linhas de crédito, a menos que tenha sido estabelecida uma dotação dedicada à ação climática, o Banco aplicou em 2015 uma estimativa de 2 % como componente climática provável a apurar em futuras afetações ao abrigo de linhas de crédito assinadas em 2015.

Prioridades do BEI: ação evolutiva

O BEI está empenhado em apoiar as políticas de desenvolvimento da União Europeia no exterior do seu território. Ao abrigo do Acordo de Cotonu, as prioridades do BEI para a África, as Caraíbas e o Pacífico são estabelecidas em consonância com a «Agenda para a Mudança» da União Europeia. Este documento rege as operações do Banco nestas regiões e estabelece as suas prioridades para os próximos anos. Para alcançar os seus objetivos, o BEI recorre a três fontes de financiamento: a Facilidade de Investimento ACP, o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto e os seus recursos próprios.

Desenvolvimento do **setor privado** local

Melhorar o **acesso ao financiamento**, em especial para as PME e as microempresas

Desenvolvimento das **infraestruturas socioeconómicas**

Responder às carências de **infraestruturas estratégicas** em setores como a energia, os transportes, a água, o desenvolvimento urbano, a educação e a saúde

Adaptação às **alterações climáticas** e atenuação dos seus efeitos

Apoiar a **ação a favor do clima** através da promoção das energias renováveis, da eficiência energética, dos transportes sustentáveis, da utilização sustentável dos recursos naturais e da resistência às alterações climáticas

Integração regional

Um **objetivo transversal**: reforçar as ligações dos países parceiros entre si e com a UE

As prioridades do BEI nas regiões ACP podem ser divididas nas quatro categorias principais acima enunciadas. Como referimos anteriormente no presente relatório, muitos países ACP dispõem de um elevado potencial de desenvolvimento, que pode estar condicionado pela falta das necessárias infraestruturas. Este problema apresenta-se em duas vertentes: a da arquitetura dos setores financeiros, que carecem de sofisticação e diversidade, e a da infraestrutura física. Neste capítulo, estão em causa a água e o saneamento, a energia, as redes elétricas e os serviços de saúde, bem como as redes de transportes e comunicações.

De um modo geral, as operações do setor privado e o apoio ao setor financeiro são financiados pela Facilidade de Investimento ACP. Os empréstimos do BEI a cargo de recursos próprios destinam-se a projetos do setor público, que tendem a incidir essencialmente em infraestruturas. As economias não podem desenvolver-se a níveis próximos do potencial máximo se não estiverem reunidas as condições adequadas. Trata-se de uma situação de longo prazo.

Desde o início das operações do fundo autorrenovável em 2003, 86 % do total das dotações foram atribuídas a operações do setor privado. É o caso dos setores financeiros dos países da África, das Caraíbas e do Pacífico. No mesmo período, 66 % dos investimentos de recursos próprios do BEI nestes países contemplaram o setor público, destinando-se o remanescente a operações do setor privado.

No âmbito de uma auditoria independente realizada a mais de um terço das atividades da Facilidade de Investimento ACP entre 2011 e 2014, o Tribunal de Contas Europeu constatou que o BEI permite efetivamente obter um valor acrescentado na cooperação europeia para o desenvolvimento e que o financiamento de longo prazo do Banco é um catalisador de novos investimentos nas regiões. O relatório recomenda que seja dado um maior relevo ao potencial da Facilidade de Investimento e que o papel da assistência técnica seja reforçado. Trata-se de uma via que o Banco está já a prosseguir através de parcerias com organizações como a UNIDO e com a Comissão Europeia.

O Banco também tem ao seu dispor o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, uma vertente autónoma da Facilidade de Investimento utilizada para operações do setor privado que, excedendo embora os níveis de risco associados às operações tradicionais, têm um grande impacto no desenvolvimento para o maior número de pessoas possível. As populações das regiões ACP dão provas do mesmo espírito empreendedor e apresentam ideias tão brilhantes e criativas como em qualquer outra parte do mundo. O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto é um dos caminhos para alcançar estas pessoas.

Uma gama de opções

Analisando mais profundamente as prioridades do Banco no setor privado, a abordagem adotada é multifacetada, nomeadamente em termos de instrumentos financeiros disponibilizados e de setores visados. O derradeiro objetivo da Facilidade de Investimento – na realidade, o objetivo final de todas as operações do BEI no exterior da União Europeia – é reduzir a pobreza através da criação de emprego e do crescimento sustentável. Na conjuntura atual, o papel do BEI consiste em disponibilizar financiamento de longo prazo. O mesmo se aplica à atual situação das migrações a nível mundial. Existe uma crise, e cabe a organizações como o BEI assegurar e catalisar investimentos para responder a problemas como este na sua origem.

Nas regiões ACP, o BEI está empenhado no desenvolvimento dos setores financeiros. Ainda que com exceções, por vezes, os bancos destas regiões não têm uma visão moderna, incluindo no que diz respeito ao tipo de operações que podem realizar. Daqui resulta uma aversão destas instituições pelo risco e um impedimento à concretização do seu potencial para apoiar as economias locais. Este efeito repercute-se nas microempresas, nas pequenas empresas e até nas empresas de maior dimensão.

O BEI continuará a conceder linhas de crédito aos bancos, em moeda local e em moedas-padrão, visando encorajá-los a apoiar as pequenas empresas. O Banco está também a colocar maior ênfase no investimento em fundos de *private equity*, tendo em mente as PME e o microfinanciamento. Como vimos, os investimentos em *private equity* aumentaram consideravelmente ao longo dos últimos dois anos. Dado que o BEI pretende maximizar a sua eficácia nas regiões ACP, a proporção de linhas de crédito ponderada face ao total do investimento no setor privado e no setor financeiro não será aumentada. Importa maximizar os benefícios dos financiamentos do BEI para os utilizadores finais. Estes são empresas que procuram evoluir, mas não têm acesso aos meios nem às competências técnicas do setor financeiro. O BEI pretende solucionar este problema.

Mais do que um empréstimo

O BEI presta assistência técnica para promover as melhores práticas entre as instituições financeiras, mas está também atento aos utilizadores finais do financiamento disponível. É fundamental que estas empresas do setor privado no final da cadeia saibam também o que podem fazer. É mais um domínio em que a assistência técnica pode ser útil.

Por isso, o BEI tem de atuar numa multiplicidade de setores, como, por exemplo, a agricultura e a agroindústria. Este setor emprega uma elevada percentagem da população em muitos países ACP. Não se trata de um setor novo para o Banco, que há muito desenvolve atividades neste domínio. A sua importância não pode ser subestimada como meio de produção de alimentos para populações em crescimento, mas também como um setor-chave para o desenvolvimento e o crescimento económico. A agricultura é muito mais do que o cultivo de plantações ou a criação de gado, enquanto elos de cadeias de valor completas.

O BEI está disponível para realizar investimentos ao longo destas cadeias de valor, em cooperação com os seus parceiros. O apoio às empresas que integram estas cadeias de valor é essencial. Não só fornece os meios necessários para que os operadores estabelecidos possam crescer e inovar, como também possibilita a expansão da economia formal através do envolvimento de novos intervenientes. Por se tratar de uma instituição multilateral e multirregional, o BEI adquire conhecimentos num domínio ou região que, em seguida, aplica noutros domínios ou regiões.

Podemos ver exemplos concretos desta experiência em todas as áreas. Os conhecimentos técnicos e processuais adquiridos com o financiamento de um parque eólico terrestre na União Europeia podem ser aplicados a um investimento no mesmo tipo de equipamento na África Subsariana. A agricultura apresenta oportunidades semelhantes: o BEI tem investido em diferentes programas agrícolas na Europa Oriental, nomeadamente na Geórgia, na Moldávia e na Ucrânia. É possível determinar aquilo que funciona nestes modelos e transpô-lo para as regiões ACP, ajudando a tornar a agricultura não só mais produtiva, mas também mais inclusiva socialmente e mais amiga do ambiente.

O essencial em infraestruturas

Em matéria de infraestruturas, tal como de investimento no setor privado, o BEI trabalha em consonância com a estratégia global da UE nas regiões ACP, onde os serviços básicos pura e simplesmente não estão disponíveis

para todos. O Banco coloca uma tónica especial no investimento em benefício dos mais pobres, bem como na integração regional. Quanto ao primeiro ponto, tomando o continente africano como exemplo, bastante mais de metade da população não tem acesso à eletricidade. O acesso à água potável e a serviços de saneamento continua a ser um luxo.

No que respeita ao segundo ponto, importa promover o intercâmbio económico entre os países e encorajar o comércio. Deste modo, todos serão mais bem servidos se tiverem acesso aos mesmos serviços essenciais. Se um país se atrasar em razão das deficientes infraestruturas, os restantes também não avançarão. O BEI investe em infraestruturas de transportes, nomeadamente portos, aeroportos e rodovias, para assegurar ligações físicas mais fortes entre os países, muitos dos quais partilham fronteiras, mas não interfaces. Do mesmo modo, o Banco investe em redes regionais de distribuição de eletricidade, que são importantes por várias razões. Pode afirmar-se que a falta de acesso à eletricidade é um enorme obstáculo ao desenvolvimento económico. Não só as redes de transmissão levam a eletricidade a um maior número de pessoas em mais países, como a modernização dos sistemas reduz o desperdício e o impacto no meio ambiente.

Nos países ACP, os programas de infraestruturas com uma certa escala concentram-se tendencialmente no setor público. Para operacionalizar programas deste tipo, o BEI pode conceder financiamento direto ao setor público ou a estruturas de parceria público-privada.

Um futuro mais verde

O combate às alterações climáticas está no cerne de toda a atuação do BEI. Por ocasião da COP 21 em Paris no final de 2015, o Banco Europeu de Investimento comprometeu-se a reforçar o investimento em medidas de atenuação das alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos. Os países ACP são dos mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, e o BEI tem consciência deste facto. Os investimentos no setor da energia serão realizados tendo em mente esta situação. As energias renováveis constituem uma prioridade para o BEI. A África Subsariana, por exemplo, possui um enorme potencial em termos de energia eólica e solar, energia hidroelétrica e, em certa medida, energia geotérmica. O Banco está também a investir em fundos de participação vocacionados para as energias renováveis e em pequenos projetos com uma componente essencial de energias renováveis.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O BEI disponibiliza os recursos financeiros necessários à promoção de investimentos geradores de crescimento, que têm um impacto direto na concretização dos ODS, em particular do ODS 1 (acabar com todas as formas de pobreza em todos os lugares do mundo). O objetivo primordial do Acordo de Cotonu é, numa primeira fase, reduzir e, posteriormente, erradicar a pobreza, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e a integração gradual dos países ACP na economia mundial. Muitos projetos do BEI na região contribuirão para a concretização dos ODS nos domínios da água, da energia, das infraestruturas e da agricultura (ODS 6, 7, 9 e 2) através do apoio a projetos bem concebidos.

O desenvolvimento do setor privado (ODS 8), através do fornecimento dos recursos financeiros necessários à promoção do investimento e da criação de emprego, permanece a prioridade essencial da estratégia do BEI no exterior da UE. De facto, o setor privado representa 70 % da atividade do BEI na região ACP, realizada principalmente através da Facilidade de Investimento ACP.

Alguns projetos do BEI têm um efeito direto em ODS específicos ou nos respetivos subobjetivos, contribuindo para a melhoria dos cuidados de saúde, da igualdade de género e da educação (ODS 3, 4 e 5). Nos exemplos incluem-se os projetos industriais que têm uma componente significativa de saúde e educação, como sejam a construção de escolas e hospitais para servir a área

circundante, ou que contemplam medidas para melhorar a saúde e a segurança no trabalho.

Além disso, o Banco colocou a ação climática no topo da sua agenda (ODS 13). O BEI é um dos maiores financiadores do mundo do investimento ligado ao clima, tendo disponibilizado mais de 3 300 milhões de EUR fora da UE em 2014. Para o futuro, o Banco aumentou a sua meta em termos de percentagem dos financiamentos de apoio ao investimento ligado ao clima nos países em desenvolvimento de 25 % para 35 %.

A ferramenta certa para o trabalho certo: como funciona o financiamento do BEI

O BEI dispõe de uma vasta gama de instrumentos financeiros para apoiar diferentes iniciativas e projetos, quer utilizando recursos próprios, quer através da Facilidade de Investimento.

Fundos geridos pelo BEI: o Acordo de Parceria de Cotonu e a Decisão de Associação Ultramarina

Fundo Europeu de Desenvolvimento – FED
(Recursos orçamentais dos Estados-Membros da UE)

Recursos próprios do BEI

Fundo autorrenovável da Facilidade de Investimento (FI)

- Empréstimos júnior ou subordinados
- Financiamento sob a forma de quase-capital
- Financiamento sob a forma de capital
- Garantias

Moedas locais

Dotação total de capital ao abrigo dos 9.º , 10.º e 11.º FED

- ACP 3 637 milhões de EUR°
- PTU 48,5 milhões de EUR

- Bonificações de juros
- Assistência técnica#

- Empréstimos sénior*
- Empréstimos intermediados*
- *Moedas amplamente transacionadas*

Montantes disponibilizados no âmbito do 11.º FED 2014-2020

- ACP 634 milhões de EUR
- PTU 5 milhões de EUR
- ACP até 2 500 milhões de EUR
- PTU até 100 milhões de EUR

° Incluindo 500 milhões de EUR do pacote de «financiamento de elevado impacto»
Até ao máximo de 15 % da dotação global para bonificação de juros

*Instrumentos também disponíveis ao abrigo da FI

O foco no Pacote de Financiamento de Elevado Impacto

Para além daquelas que podem ser consideradas as operações tradicionais do BEI, o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, uma dotação autónoma da Facilidade de Investimento proveniente do 11.º FED, representa outro método de prestar apoio no terreno.

As operações de financiamento de elevado impacto exercem um impacto superior no desenvolvimento, tendo como objetivo primordial a redução da pobreza. Dão resposta aos desafios sociais e ambientais que se colocam aos países ACP nos domínios do emprego, da sustentabilidade das PME, nomeadamente as de menor dimensão e as situadas em áreas rurais, da mitigação das alterações climáticas, da segurança alimentar, do acesso a recursos básicos e da integração económica e social das mulheres e dos jovens. Estas operações podem visar setores com um impacto esperado maior do que as atividades tradicionais da FI (um impacto previsto significativamente acima da média é uma das justificações fundamentais para a elegibilidade ao abrigo desta nova dotação). Podem também destinar-se a intermediários financeiros localizados em países ACP frágeis, onde a cobertura da FI é limitada.

Instrumentos

Fundos de capital próprio de elevado impacto social

Instrumento destinado a apoiar uma população emergente de gestores de fundos de capital próprio que se dedicam ao financiamento de projetos que visem explicitamente realizações com impacto social, e que, ao mesmo tempo, se comprometem a acompanhar e prestar informações com base em objetivos claros e metas de sustentabilidade. Para obterem financiamento no âmbito deste instrumento, os fundos devem i) visar expressamente a atenuação de problemas sociais, ii) implementar soluções moduláveis e eficientes em termos de capital e iii) estabelecer objetivos de impacto e assumir o compromisso de os atingir, mensurar e monitorizar, devendo para o efeito iv) o fundo, tal como as empresas beneficiárias, ter um modelo de financiamento sustentável e v) adotar uma política de distribuição de lucros orientada em função das realizações sociais e do desempenho financeiro.

Empréstimos a intermediários financeiros

Devido ao elevado risco soberano dos respetivos países, à volatilidade cambial e à falta de referenciais de preço pertinentes, este instrumento destina-se a intermediários financeiros, tais como instituições de microfinanciamento, bancos e cooperativas de crédito locais, que não podem beneficiar do financiamento tradicional da FI. Os empréstimos a beneficiários finais em moeda local são concedidos de forma sustentável a pequenos agricultores, microempresas e PME em países com economias pobres e frágeis. Por norma, os empréstimos do BEI são acompanhados de subvenções para assistência técnica e serviços de consultadoria destinados a reforçar a capacidade dos intermediários financeiros e dos beneficiários finais. O Banco trabalha em estreita colaboração com outras IFI, com agências da ONU e com outros parceiros para o desenvolvimento a fim de apoiar projetos que exijam conhecimentos especializados e de aproveitar as sinergias.

Instrumentos de facilitação da partilha de riscos

Trata-se de mais um instrumento destinado a fornecer garantias de «primeira perda» a operações de partilha de riscos com intermediários financeiros (principalmente bancos comerciais) que lhes permitam financiar projetos, em benefício de PME insuficientemente servidas e de projetos de pequena dimensão. Este instrumento tem por objetivo atenuar as restrições de afetação de capital e limite de contrapartes que se colocam aos intermediários financeiros, a fim de aumentar os volumes de financiamento aos beneficiários finais elegíveis. As *tranches* de «primeira perda» permitem alavancar as *tranches* com garantia sénior provenientes do BEI e de outras IFI/IFD.

Financiamento direto

Trata-se de mais um instrumento para financiar projetos viáveis e sustentáveis do setor privado com elevado impacto no desenvolvimento que sejam promovidos por investidores sólidos e experientes, utilizando instrumentos de dívida e/ou fundos próprios. As operações de financiamento direto destinam-se a projetos nos setores da indústria agroalimentar, da saúde e da educação, ou a investimentos diretos em veículos especializados que apoiam PME e projetos de pequena dimensão.

Operações a destacar em 2015

Em toda a África, nas Caraíbas e no Pacífico, nos países e territórios ultramarinos, bem como na República da África do Sul, o BEI dá primazia ao setor privado e aos meios de catalisar e promover o crescimento sustentável. Em 2015, o Banco investiu mais de 1 000 milhões de EUR em projetos nos mais diversos setores. Cada operação cumpre as normas mais exigentes – as mesmas aplicadas pela União Europeia. No seu conjunto, estes projetos irão beneficiar milhões de pessoas.

Encaminhar o investimento **para os que dele mais carecem**

A Facilidade de Financiamento de Elevado Impacto para as Caraíbas e o Pacífico

O Banco investiu 40 milhões de EUR na Facilidade de Financiamento de Elevado Impacto para as Caraíbas e o Pacífico (FIEICP), que é a primeira operação deste tipo realizada com dotações do PFEI nestas regiões, nomeadamente um empréstimo a intermediários financeiros. Existe um importante défice de financiamento nos países beneficiários que afeta as microempresas, as pequenas empresas e as organizações comunitárias.

Este instrumento foi concebido tendo em conta esta lacuna, mas oferece prazos mais longos do que os anteriormente disponibilizados pela maioria das instituições financeiras nas regiões das Caraíbas e do Pacífico, ou seja sete anos, face aos habituais três a cinco. Os fundos serão reemprestados a empresas financeiras que, em circunstâncias normais, seriam provavelmente excluídas das operações tradicionais da Facilidade de Investimento, nomeadamente cooperativas de crédito locais e prestadores de serviços de microfinanciamento, e prevê-se que sejam integralmente denominados em moeda local.

Tanto os intermediários financeiros como os beneficiários finais receberão assistência técnica. Para os intermediários, a operação envolve formação em gestão de riscos e desenvolvimento de produtos. Em simultâneo, os 12 000 beneficiários finais previstos receberão aconselhamento sobre as melhores práticas em matéria de literacia financeira, empreendedorismo e gestão de fluxos de caixa. Esta medida torná-los-á mais elegíveis para a obtenção de crédito.

O crédito será disponibilizado através de intermediários financeiros aos seguintes grupos: MPME, incluindo trabalhadores independentes, famílias de baixo rendimento e organizações de base comunitária. As últimas podem incluir associações sem fins lucrativos e cooperativas cujos membros partilham interesses comuns. Estes podem ser pequenos agricultores, por exemplo, ou pessoas do mesmo género, ou ainda um grupo de representantes da mesma aldeia.

Existem diversas formas de utilizar estes empréstimos. As pessoas singulares e as MPME vão procurar investir e expandir os seus negócios. As organizações comunitárias podem procurar financiamento para pequenos projetos locais em setores com impacto específico, tais como a educação, a água e o saneamento ou as energias renováveis e a eficiência energética. Os exemplos, transversais a todos estes setores, vão dos empréstimos para estudantes a painéis solares e melhorias em edifícios.

Para a aplicação da FIEICP foi elaborada uma lista prioritária de dez países, com base em oportunidades e potencial de impacto. Estes países são Domínica, República Dominicana, Guiana, Haiti, Jamaica e Suriname (nas Caraíbas) e Fiji, Papua-Nova Guiné, Samoa e Timor-Leste (nas Ilhas do Pacífico). A Facilidade de Investimento ACP experimentou algumas dificuldades de atuação nestes países por diversos motivos, entre os quais as situações políticas delicadas e a sua pequena dimensão ou localização. Através da FIEICP, é agora possível servir as populações mais pobres destes países.

O Banco Adopem, um parceiro do BEI sediado na República Dominicana, recebeu um financiamento de 10 milhões de EUR da FIEICP para, entre outras operações, desenvolver serviços financeiros para alguns clientes residentes em regiões pobres junto à fronteira com o Haiti e dependentes da agricultura de subsistência.

TCX – The Currency Exchange Fund

O TCX é um fundo global de centralização de risco cambial e de taxa de juro constituído por cerca de 20 bancos de desenvolvimento e instituições de microfinanciamento. Em virtude do seu impacto no desenvolvimento, o TCX recebeu também um considerável apoio dos Governos holandês e alemão. Tem por missão facilitar o financiamento do desenvolvimento em moeda local e apoiar o crescimento dos mercados financeiros locais.

O BEI investiu 40 milhões de EUR no fundo através do instrumento de financiamento direto do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto. Graças a este investimento, o TCX ficará apto a apoiar o financiamento a longo prazo de projetos das PME e do setor privado em todas as regiões ACP.

«O próprio conceito tem muito de inovador, já que a maioria do financiamento do desenvolvimento é concedido em moeda forte. Os nossos acionistas podem utilizar o TCX para gerir os riscos cambiais decorrentes do financiamento em moedas locais», afirma Harald Hirschhofer, consultor principal do TCX. «O financiamento em moeda local tem a grande vantagem de libertar do risco cambial os beneficiários dos empréstimos, que são normalmente os menos aptos a suportar esse ónus. O ideal seria que o financiamento fosse sempre concedido na moeda do rendimento do beneficiário.»

O TCX tem assumido a cobertura dos riscos cambial e de taxa de juro desde o início das suas operações em 2007 no montante aproximado de 4 000 milhões de EUR. «Cerca de dois terços deste volume de cobertura apoiaram o microfinanciamento, destinando-se o terço restante ao financiamento das PME e a outros financiamentos», esclarece Hirschhofer. Até à data, o fundo investiu em 53 moedas, e está em condições de fornecer cotações em mais de 70.

Esta diversidade é essencial para mitigar os riscos e permitir ao TCX assumir riscos consideráveis. Podemos identificar aqui uma importante sinergia com o BEI. «Para grande parte das moedas de fronteira, somos o único fornecedor disponível de instrumentos de mitigação do risco cambial. A nossa missão consiste em agilizar os fluxos de investimento para mercados emergentes e de fronteira. Para esse efeito, disponibilizamos instrumentos adequados de gestão do risco, como sejam forwards e swaps de divisas cruzadas.»

O fundo TCX contribui para tornar os setores financeiros mais estáveis, melhorando a qualidade dos fluxos de investimento e a proteção dos consumidores através desta componente de gestão do risco. «Fazemos um esforço de sensibilização junto dos bancos centrais e dos ministérios das finanças para explicar o que são os nossos produtos e como estes podem aumentar a estabilidade sistémica.»

Todavia, trata-se de questões de nível nacional. O que o TCX faz é viabilizar investimentos em moeda local em pequenas empresas no terreno, onde antes não era pura e simplesmente possível, fornecendo soluções de cobertura cambial aos investidores. «Os empresários e as instituições de microfinanciamento podem assim centrar-se na sua verdadeira atividade, sem terem de se preocupar com o risco cambial. Reduzimos esta importante barreira ao investimento», declara Hirschhofer. «Os prestadores de serviços de energia fora da rede são um dos domínios centrais da nossa intervenção no futuro mais próximo. Ao reduzir ou eliminar os desajustamentos cambiais nos respetivos balanços, os instrumentos de cobertura cambial retiram, em grande medida, risco aos seus modelos de negócio, tornando-os mais redimensionáveis e permitindo, assim, uma aplicação mais rápida de novas tecnologias. Trata-se de um exemplo paradigmático da forma como a tecnologia financeira pode contribuir para garantir o acesso universal à energia.»

Da cana-de-açúcar à economia circular

O investimento de 8 milhões de EUR que o BEI dedicou à Omnicane em 2015 representa a renovação de um relacionamento com uma pequena empresa altamente inovadora. Com sede na Maurícia, a Omnicane iniciou a atividade há 150 anos como produtor de açúcar, mas desde 2009 diversificou as operações com ímpeto notável a partir das suas instalações na ilha do Oceano Índico. O primeiro empréstimo que lhe foi concedido pelo BEI permitiu-lhe construir uma refinaria e criar 100 postos de trabalho no processo.

A refinação do açúcar produz um volume considerável de resíduos. Estes resíduos, geralmente sob a forma de melaço, eram vendidos pela Omnicane no mundo inteiro e, por sua vez, transformados em etanol. Em 2013, a Omnicane recebeu um empréstimo de

8 milhões de EUR do BEI para construir uma destilaria destinada a produzir bioetanol a partir do melaço, que emprega mais 50 pessoas. Deste processo resulta dióxido de carbono, que a Omnicane captura, submete a um processo de depuração e vende a um produtor local que o converte em gás para refrigerantes. A empresa construiu também um hotel no terreno anteriormente ocupado pela casa de uma plantação de cana-de-açúcar. O hotel emprega 139 pessoas e existem planos para desenvolver novas instalações residenciais e comerciais, criando mais 4 000 postos de trabalho.

Regressando a 2015, o Banco emprestou à Omnicane os 8 milhões de EUR acima mencionados. A empresa está a utilizar o investimento para construir uma unidade inovadora de «queima de carbono», que estará concluída até ao final de 2016. A nova unidade reprocessará termicamente as cinzas de carvão resultantes de três centrais elétricas do complexo de La Baraque e produzirá um aditivo para cimento, poupando o dióxido de carbono normalmente emitido pelo fabrico e transporte desse produto. O processo de queima produzirá também vapor, que pode ser utilizado para produzir energia para outros processos industriais da Omnicane. Este é um exemplo de economia circular em que os produtos residuais são ativamente considerados num processo de produção. O exemplo da Omnicane pode certamente ser seguido.

Redes de transportes – **aproximar as pessoas e as empresas**

Pontes rurais na Papua-Nova Guiné

A rede rodoviária da Papua-Nova Guiné é pouco desenvolvida, pouco segura e extremamente vulnerável aos efeitos paralisantes das condições meteorológicas extremas e das variações climáticas, estando o país ainda sujeito à atividade vulcânica e sísmica. No seu conjunto, todos estes fatores têm um efeito prejudicial nas redes de transportes e, embora a Papua-Nova Guiné esteja fortemente dependente das suas estradas, enfrenta também desafios reais tanto em termos de construção como de manutenção.

O Banco investiu mais de 50 milhões de EUR num programa destinado a modernizar as redes rodoviárias do país, cuidando especialmente das pontes que cruzam os rios nas zonas rurais. As estruturas existentes não são suficientemente fiáveis, pelo que o investimento do Banco incidirá na substituição de 27 destas estruturas obsoletas em cinco estradas prioritárias nacionais por pontes permanentes em aço e betão. Das atuais pontes, 21 podem ser desmontadas e remontadas em estradas de tráfego diminuto, onde servirão o propósito a que se destinam.

As novas pontes beneficiarão cerca de 400 000 habitantes das áreas rurais, reduzindo a duração dos trajetos e as emissões por veículo através de estradas mais eficientes e ligando mais populações rurais a serviços administrativos e comerciais essenciais. Numa única operação, o atual risco genuíno de colapso das pontes ficará efetivamente excluído graças às novas estruturas, que serão muito mais resistentes e carecerão de pouca manutenção.

Para os utentes, existem ainda ganhos de segurança. As pontes de aço não têm atualmente quaisquer dispositivos específicos para peões, além de estarem vedadas a camiões de maiores dimensões. As novas pontes serão mais seguras para ambos.

A beneficiação dos sistemas rodoviários da Papua-Nova Guiné está a ser realizada em colaboração com o Banco Asiático de Desenvolvimento e com o Governo e inclui uma componente de assistência técnica do BEI, que ajudará o promotor em operações similares no futuro. O programa faz parte do Plano de Desenvolvimento Estratégico do país.

Infraestruturas energéticas – **reforçar o aprovisionamento, a resiliência e a eficiência**

Investimentos essenciais na energia da África Ocidental

Apesar do abundante potencial de produção de energias renováveis existente na África Ocidental, as redes de distribuição da região não estão por enquanto preparadas para lhe dar resposta. A situação irá mudar nos próximos anos, perspetivando-se para breve o início de um novo capítulo na interligação das redes elétricas da região. O BEI está a apoiar a OMVG (Organização para a Valorização do Rio Gâmbia) com dois empréstimos globais concedidos à Guiné e ao Senegal, no montante de 65 milhões de EUR e 20 milhões de EUR, respetivamente. Este investimento apoiará a construção de uma rede de transporte de alta tensão com 925 km de extensão.

Como componente central do Grupo de Energia da África Ocidental, esta nova infraestrutura irá ligar as redes elétricas dos quatro países membros da OMVG, estendendo-se igualmente à Gâmbia e à Guiné-Bissau. Graças ao reforço e à ampliação das redes de distribuição, um maior número de habitantes desses países terá acesso à eletricidade, o que é extremamente importante para o desenvolvimento económico. Reduzirá também a dependência dos geradores a diesel, cujo funcionamento, para além de dispendioso, é perigoso para o ambiente e nem sempre é fiável.

O BEI está empenhado em apoiar iniciativas de energia limpa e segura na África Ocidental. No ano passado, o Banco investiu num programa de reabilitação de centrais hidroelétricas e redes locais de distribuição de eletricidade na Guiné. Importa não esquecer que o país estava então a combater uma epidemia de Ébola, que causou a morte a mais de 2 500 pessoas.

Apesar disso, tem capacidades para se tornar um líder na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. O potencial de produção do país está estimado em 6 000 MW, dos quais apenas 2 % são atualmente aproveitados. A Guiné tornar-se-á um grande produtor de energia elétrica, e os sistemas serão configurados de forma a beneficiar não só o país como também os seus vizinhos.

Novas ligações na Costa do Marfim

No âmbito da sua primeira operação no setor público da Costa do Marfim em quase duas décadas, o BEI investirá 118 milhões de EUR num programa abrangente e multifásico de modernização das redes de distribuição de eletricidade do país, a ser realizado pela Société des Energies de Côte d'Ivoire. Em particular, este projeto inclui quase 224 000 novas ligações em Bouaké, San Pedro e na capital, Abidjã. As novas instalações de distribuição e controlo contribuirão para uma maior fiabilidade e eficácia do abastecimento, substituindo o equipamento atual em vias de obsolescência.

Este programa, realizado em cooperação com os nossos parceiros na Comissão Europeia, que cofinancia o investimento através do FED, é oportuno e necessário, porquanto as redes de distribuição de eletricidade do país têm sido bastante negligenciadas, com faltas de manutenção que levaram à perda de ligações, fornecimento irregular, custos elevados e acesso deficiente. Com a renovação dos sistemas e a criação de novas ligações, alguns destes problemas estruturais serão solucionados, e a Costa do Marfim poderá começar a olhar para outros aspetos do seu desenvolvimento.

Uma componente adicional e interessante do programa consiste na substituição de 74 000 candeeiros de iluminação pública em todo o país por unidades mais eficientes em termos energéticos. Esta medida contribuirá para melhorias na segurança e a redução de emissões.

Infraestruturas de TIC – **melhorar os serviços das empresas privadas e públicas**

TV Cabo Angola

O continente africano tem planos ambiciosos para desenvolver as suas infraestruturas e evidencia progressos permanentes neste domínio, incluindo no setor das TIC. O BEI está a investir 20 milhões de EUR da Facilidade de Investimento ACP na instalação da rede de fibra ótica da TV Cabo em Angola, que beneficiará famílias e empresas das cidades de Lubango, Huambo, Cabinda e Soyo, bem como na expansão das redes existentes na região metropolitana da capital, Luanda, e no Lobito e Benguela. O Banco tem já experiência de trabalho com a TV Cabo, que decorre do apoio prestado à empresa na fase de arranque das suas operações, há quase uma década.

Através deste projeto, será proporcionado acesso à banda larga ultrarrápida a mais 83 300 habitações, instituições públicas e estabelecimentos comerciais. Esta operação contribuirá para tornar os serviços de Internet em Angola mais acessíveis e generalizados, fator essencial para o desenvolvimento do setor privado do país. Introduzirá também melhorias na conetividade de hospitais, escolas e ONG, gerando benefícios para a saúde e a educação. Este programa produzirá um efeito duplo: as ligações serão melhoradas dentro das fronteiras de Angola, possibilitando um intercâmbio de informações mais simples e eficaz e consolidará as ligações do país a um mundo mais globalizado, permitindo-lhe diversificar as suas fontes de rendimento, que atualmente estão muito dependentes do petróleo.

Fibra até casa, São Martinho (Sint Maarten)

Com este primeiro empréstimo de sempre concedido a um PTU das Caraíbas no âmbito do Acordo de Cotonu, o BEI está a investir 8 milhões de EUR no programa da TelEm para instalar uma rede de fibra ótica na parte holandesa da ilha de São Martinho (Sint Maarten). Os cabos vão servir aproximadamente 14 500 famílias do território, que tem uma população de 35 000 habitantes, os quais ficarão em condições de beneficiar de velocidades de banda larga superiores e de sistemas de comunicação modernizados. Esta rede de cabo será ainda alargada a todas as empresas e serviços da administração local, enquanto que os hospitais, as escolas e as bibliotecas terão acesso gratuito à Internet de altíssima velocidade.

Acesso à água potável – **ainda um problema**

Todas as pessoas deveriam ter acesso à água potável, mas nas regiões ACP a questão nem sempre é tão simples. O BEI confere grande importância ao investimento na água e no saneamento. A saúde é um elemento essencial ao desenvolvimento, e a demografia está a mudar, em especial na África Subsariana, acompanhando a tendência de urbanização das populações e o crescimento das cidades. O saneamento básico é provavelmente o maior desafio que estas urbes enfrentam. O ODS 6 exige o acesso universal à água potável. O BEI tem investido em vários projetos de grande escala no setor da água ao longo dos anos, e 2015 não foi exceção.

Lilongué: preparar a capital do Maláui para o crescimento

Prevê-se que a população de Lilongué, a maior cidade do Maláui, duplique no decurso das próximas duas décadas. Sob a autoridade da Companhia das Águas de Lilongué, a cidade está a preparar-se para esta evolução, investindo na sua infraestrutura de água ao abrigo de um programa de quatro anos em que o BEI investiu 24 milhões de EUR. O conceito consiste não apenas em aumentar o fornecimento, se bem que seja esta a componente principal, mas também em utilizar os recursos hídricos de forma mais eficiente. As capacidades de armazenamento e tratamento serão ampliadas em 25 % até 2021, sendo entretanto instaladas 100 fontes públicas de água potável.

O BEI financiou já a construção de outras 372 fontes em Lilongué. As novas obras incluirão a substituição de tubagens e bombas defeituosas ou ineficientes, que atualmente causam estrangulamentos no sistema de distribuição de água da cidade. O programa garantirá o fornecimento de água potável a cerca de 250 000 pessoas, uma parte significativa da população da área metropolitana de Lilongué, e lança as bases para o crescimento sustentável da cidade.

O regresso ao investimento do setor público na Etiópia

O Plano de Crescimento e Transformação da Etiópia pretende mudar completamente o país ao longo das próximas décadas, e a rede de abastecimento de água é parte integrante desta ambiciosa reforma da economia etíope. O BEI investiu 40 milhões de EUR num programa destinado a assegurar o abastecimento de água potável segura e limpa nas pequenas e médias cidades etíopes. O programa inclui uma componente de assistência técnica, que ajudará a reforçar as capacidades das autoridades locais no setor da água, e ligará cerca de 120 000 habitações a modernas infraestruturas de água, águas residuais e saneamento.

A diferença que o BEI faz nas operações

O BEI é o maior mutuário e mutuante multilateral do mundo e desenvolve a sua atividade em cerca de 160 países. Investe em projetos que cumprem os seus rigorosos critérios de elegibilidade para financiamento bancário, sustentabilidade, impacto ambiental e social, bem como de potencial de criação de emprego e redução da pobreza.

O BEI marca a diferença através da oferta de condições de financiamento que o mercado, por si só, não pode proporcionar e mediante o apoio à preparação e execução dos projetos. De um modo geral, o Banco não financia mais do que 50 % do custo total de um projeto, se bem que possam admitir-se exceções a esta regra, dependendo das circunstâncias. A presença do BEI serve para mobilizar investimentos adicionais de instituições parceiras ou de outras entidades.

O papel do Banco vai para além do financiamento, na medida em que abrange a conjugação de recursos, ou seja a combinação de empréstimos do BEI com subvenções da UE. O BEI também presta consultoria. Os empréstimos do BEI têm prazos mais longos do que os geralmente disponíveis para o financiamento de projetos, sendo suficientemente flexíveis para adaptar as condições a cada caso concreto.

Os instrumentos dedicados à combinação de recursos vão adquirir uma importância crescente nos anos mais próximos. As necessidades de investimento em todos os setores são enormes, e o recurso ao financiamento das instituições europeias em acréscimo ao dos bancos de desenvolvimento dará ao setor privado uma certa garantia de viabilidade, claramente separada dos padrões que o Banco aplica aos seus projetos.

São dignos de nota os empréstimos concedidos pelo Banco em anos recentes para a modernização essencial de instalações hidroelétricas na Guiné e das instalações de segurança no principal aeroporto da Libéria. Estes dois países necessitam urgentemente de infraestruturas básicas e contam-se também entre os mais duramente atingidos pela crise do Ébola, para além da Serra Leoa.

As economias frágeis não assustam o BEI. A gama de opções de financiamento tem a flexibilidade suficiente para que o BEI possa e consiga efetivamente operar em países que enfrentam conflitos civis e políticos. Não só o Banco é uma instituição financeira de longo prazo, como estes são alguns dos países que exigem mais investimento por carecerem das condições que outros têm por adquiridas.

O Banco pode também ajudar os clientes a atenuar o risco cambial através do financiamento em moeda local. As vantagens desse financiamento irão beneficiar um número crescente de empresas nas regiões visadas, principalmente as pequenas empresas, que são as que mais carecem deste tipo de empréstimos em moeda local. De facto, os empréstimos em moeda local são uma componente significativa do apoio do Banco ao setor privado, sendo essencial para que os projetos se concretizem e produzam resultados. Este ano, o Banco investiu também no Fundo de Câmbio de Divisas TCX - The Currency Exchange Fund (ver p. 25). Através deste investimento, as pequenas empresas de países com moedas mais voláteis têm à disposição uma reserva maior de financiamento.

Combinação de subvenções e empréstimos

Na sua qualidade de banco da UE, o BEI desempenha um papel catalisador, zelando para que as suas subvenções e os seus investimentos no desenvolvimento sejam destinados aos setores em que são mais eficazes e podem produzir o maior impacto sustentável e a longo prazo.

A utilização de instrumentos de financiamento inovadores que permitam mobilizar recursos adicionais é essencial para assegurar os resultados a longo prazo dos projetos realizados nos países em desenvolvimento.

As ajudas que o Banco concede permitem contribuir para a solidez económica e financeira de projetos com impactos ambientais ou sociais significativos ou situados em países mais pobres ou menos desenvolvidos onde as infraestruturas de base foram danificadas devido a conflitos ou catástrofes naturais.

A assistência técnica prestada durante todas as fases do ciclo do projeto pode servir para financiar os estudos de pré-viabilidade, a preparação e execução do projeto, o reforço de capacidades dos intermediários financeiros e dos beneficiários, bem como a formação do pessoal com vista a elevar os padrões ambientais, sociais e governativos.

Por conseguinte, a combinação de recursos pode ajudar a garantir uma utilização melhor e mais eficiente dos recursos disponíveis. Pode aumentar a qualidade dos projetos e o seu impacto a longo prazo, otimizar os serviços prestados pelo Banco aos beneficiários, num esforço de melhoria contínua, e promover a cooperação entre os doadores, nomeadamente ao nível da União Europeia.

A União Europeia estabelece os mais elevados padrões ambientais e sociais. O BEI partilha destes valores e deseja que sejam difundidos à escala mundial.

A contribuição do BEI destaca-se das alternativas existentes no mercado em três aspetos principais:

- **Recursos de longo prazo adaptados às necessidades dos projetos**: são utilizados para este efeito cinco indicadores: prolongamento das maturidades típicas, coincidência com a vida dos ativos, financiamento em moeda local, componente de subvenção e caráter inovador dos produtos.

- **Contribuição técnica**: para além de proporcionar o financiamento, o BEI contribui também muitas vezes para aperfeiçoar as características dos projetos em termos comerciais, sociais, ambientais, de desenvolvimento ou de governação empresarial.

- **Normas e mobilização de recursos**: a presença do BEI numa operação representa um valor acrescentado pelo seu efeito de demonstração, aplicação de normas mais exigentes ou mobilização de outros recursos financeiros, particularmente entre as instituições europeias de financiamento suas parceiras.

Em consonância com a «Agenda para a Mudança» da UE, o BEI desenvolve continuamente instrumentos de financiamento inovadores para assegurar que os empréstimos que concede satisfazem perfeitamente as necessidades dos seus mutuários e preenchem as lacunas de financiamento.

A combinação de empréstimos e subvenções constitui um elemento fundamental desta abordagem, permitindo ao Banco contribuir para a concretização de projetos em setores ou países onde, de outro modo, dificilmente conseguiria intervir.

As subvenções podem revestir diferentes formas: assistência técnica, bonificações de juros, ajudas ao investimento ou instrumentos de atenuação do risco.

A assistência técnica apoia a preparação e execução dos projetos, reforça as capacidades dos mutuários e dos beneficiários finais e contribui para elevar os padrões ambientais, sociais e governativos, assegurando a sustentabilidade dos projetos no longo prazo. A assistência técnica beneficia todas as fases do ciclo do projeto e aumenta a qualidade global. Testemunho disso é o facto de o orçamento para assistência técnica do BEI ao abrigo da Facilidade de Investimento ter atingido 95 milhões de EUR no período 2014-2020, contra pouco mais de 40 milhões de EUR no período anterior.

As bonificações de juros reforçam a solidez económica e financeira de projetos com impactos ambientais ou sociais significativos ou de projetos de infraestruturas realizados em países mais pobres ou menos desenvolvidos ou em países atingidos por conflitos ou catástrofes naturais. As ajudas ao investimento e os instrumentos de atenuação do risco podem ainda contribuir para tornar os projetos elegíveis para financiamento bancário ou para reduzir o seu nível de risco.

Transparência

O BEI rege-se pelo maior nível possível de transparência e de respeito institucional pela responsabilidade democrática. Como instituição financeira pública orientada pelas políticas da UE, o Banco está sujeito à obrigação de transparência nos seus processos de decisão e de implementação das políticas da UE nos países parceiros.

O BEI é responsável perante os cidadãos e deve manter os mais elevados níveis de credibilidade. Os princípios orientadores da atuação do BEI são a abertura, a boa governação, a participação e a responsabilidade democrática. Para reforçar estes princípios, o BEI publica os seus dados, desde 2014, em consonância com a Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda (IITA). Todos os interessados podem descarregar informações acerca da forma como as operações do Banco cumprem estas normas internacionais.

Além disso, o BEI lançou no mesmo ano o registo público, que contém as avaliações de impacto social e ambiental dos projetos que fazem parte das operações do BEI. Também estas informações estão disponíveis para o público em geral, podendo ser consultadas no sítio Web do BEI em www.eib.org.

O Quadro de Medição de Resultados

O BEI adotou o Quadro de Medição de Resultados (REM) para reforçar a avaliação, a medição e a prestação de informações sobre os resultados e os impactos das suas operações no exterior da UE. O REM está a ser utilizado desde 2012 e melhora a avaliação *ex ante* dos resultados. O quadro harmoniza, tanto quanto possível, os indicadores de resultados do Banco com os de outras IFI, a fim de simplificar as obrigações de prestação de informações dos clientes no que respeita às operações cofinanciadas.

O Banco participa num grupo de trabalho que reúne instituições financeiras internacionais e instituições europeias de financiamento do desenvolvimento com o objetivo de harmonizar indicadores de resultados setoriais específicos para operações do setor privado.

Através do quadro, o BEI pode evidenciar os benefícios esperados de cada um dos projetos realizados fora da União Europeia.

O REM utiliza uma metodologia de três pilares para avaliar três diferentes dimensões dos projetos. Estas dimensões são classificadas separadamente, não sendo atribuída uma notação agregada ao projeto. O primeiro pilar aprecia em que medida o projeto se insere no mandato. O segundo examina os resultados sociais, económicos e ambientais esperados. O terceiro debruça-se sobre a adicionalidade do BEI, quantificando os fatores que foram discutidos nos parágrafos anteriores.

O quadro tem uma estrutura suficientemente flexível de modo a ter em conta as diferenças ao nível do ambiente socioeconómico das regiões, a adaptar-se à evolução dos requisitos no futuro e a permanecer útil como instrumento de aprendizagem no seio do Banco. O BEI trabalha continuamente no aperfeiçoamento do quadro REM, a fim de dar um contributo mais útil para aumentar a eficácia das ações a favor do desenvolvimento, tanto ao nível interno como nas relações com os parceiros europeus e outras IFI que trabalham em prol do desenvolvimento.

REM +

O âmbito do quadro REM foi alargado através do desenvolvimento do REM+. Este quadro ampliado vai ainda mais longe na cadeia de beneficiários para avaliar os impactos nos beneficiários finais. Permite também um maior detalhe no que respeita ao perfil dos beneficiários finais, estimando a quota-parte dos beneficiários na base da pirâmide, bem como as dimensões de género e idade. O quadro REM+ é aplicado a projetos financiados ao abrigo do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto do BEI, utilizado para financiar projetos de elevado risco e elevado impacto na região ACP.

REM para a Assistência Técnica

O BEI está a desenvolver indicadores para classificar e medir as realizações e os resultados da assistência técnica prestada ou apoiada pelo Banco no âmbito dos seus projetos. A assistência técnica incide nas atividades a montante, como sejam estudos setorais e de viabilidade, no apoio à preparação e execução dos projetos, bem como no reforço de capacidades.

O Quadro REM

1.º pilar	verifica a elegibilidade ao abrigo dos mandatos do BEI e classifica a contribuição para as prioridades nacionais e da UE.	**Impactos**
2.º pilar	classifica a qualidade e a solidez da operação com base nos resultados esperados.	**Resultados** **Realizações**
3.º pilar	classifica a adicionalidade financeira e não financeira do BEI em relação às alternativas disponíveis no mercado. Adicionalidade = contributo do BEI – alternativa do mercado	**Contributos**

Parcerias para o desenvolvimento

O BEI é um ator fundamental dos esforços internacionais de desenvolvimento, empenhado na prossecução das políticas e dos objetivos da UE no exterior da União. Os laços do BEI com as empresas, instituições e delegações da UE em África, nas Caraíbas e no Pacífico são estáveis e de longa data. O BEI coopera estreitamente com a Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Ação Externa e investe em projetos e iniciativas no âmbito da Agenda para a Mudança da UE e do Acordo de Cotonu. A cooperação do BEI não se restringe às instituições da União e abrange muitas organizações que prosseguem os mesmos objetivos.

Para alcançar os ODS e reunir os financiamentos de que as regiões ACP necessitam nas próximas décadas, é importante aprofundar a cooperação e estabelecer novas parcerias. Segundo as estimativas das Nações Unidas, a concretização dos ODS, que se aplicam a nível mundial, exigirá 11,5 biliões de USD por ano ao longo dos próximos 15 anos.

Este esforço não pode ser suportado unicamente pelos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) e pelas instituições financeiras internacionais (IFI). O BEI está em vias de estabelecer parcerias formais com outras organizações que possam não só partilhar ideias e experiências, mas também colaborar em projetos futuros. Entre estes parceiros destacam-se a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Em julho de 2015, o Presidente do BEI, Werner Hoyer, assinou também um protocolo de acordo com o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Li Yong, por ocasião do primeiro «Dia da África» no BEI. Na página seguinte, o Diretor-Geral Li Yong esclarece que projetos podem as nossas organizações realizar em comum e por que razão a parceria é importante.

Comissão Europeia e Serviço Europeu de Ação Externa

Como instituição europeia, o BEI associa-se à Comissão Europeia e ao Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) para promover as políticas de desenvolvimento da UE no exterior. O Banco continuará a desempenhar um papel importante no exercício de programação em curso nos países e regiões ACP, contribuindo dessa forma para a implementação da Agenda para a Mudança e da estratégia da Comunidade Europeia para o desenvolvimento do setor privado.

Programação do 11.º FED: o BEI tem estado estreitamente envolvido na fase de programação do 11.º FED aos níveis nacional e regional, através dos contributos e comentários que apresentou sobre as propostas de Planos de Investimento Nacionais e Regionais, da sua participação em seminários nacionais e regionais e através de contactos regulares e sistemáticos com as Delegações da UE. O Banco continuará a prestar o seu apoio ao longo do exercício de implementação, em estreita colaboração com a UE e a CE, tanto ao nível da sede como das Delegações da UE.

Programação conjunta (PC): o Banco participa cada vez mais no processo, nos países pertinentes, especialmente através da participação direta nos grupos de coordenação setorial no terreno.

Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas

O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFUEAI) foi constituído em 2007 pela CE e pelos Estados-Membros da UE para desenvolver as infraestruturas regionais através da combinação de subvenções com financiamento de longo prazo de instituições financeiras. A gestão financeira do FFUEAI é assegurada pelo BEI, em cujas instalações funciona também o respetivo Secretariado. A dotação regional destinada aos setores dos transportes, da energia, das TIC e da água eleva-se a 482 milhões de EUR, com cerca de 40 % das operações aprovadas no setor da energia. Continua a apoiar projetos de grandes transformações no setor da energia, como é o caso da linha de transporte Costa do Marfim-Libéria-Serra Leoa-Guiné, para a qual os empréstimos do BEI e de outros BMD são combinados com subvenções do FFUEAI para alcançar a necessária concessionalidade do empréstimo e garantir o financiamento de um importante programa de acesso às habitações. Em dezembro de 2015, tinham sido aprovadas 79 propostas de subvenção no âmbito da dotação regional, no montante total de 454 milhões de EUR, líquido de cancelamentos.

Em julho de 2013, o FFUEAI recebeu o mandato adicional de apoiar a resposta da UE à iniciativa SE4All e uma afetação adicional de 330 milhões de EUR para financiar projetos de acesso à energia, de energias renováveis e de eficiência energética com impacto nacional ou regional na África Subsariana. Até ao final de 2015, tinham sido aprovadas operações de subvenção no total de 201 milhões de EUR ao abrigo da dotação SE4ALL para apoiar 19 projetos. O FFUEAI apoia, por exemplo,

o projeto Lake Turkana Wind no Quénia, liderado pelo BEI, que é o maior parque eólico atualmente em construção na África Subsariana. O apoio de 25 milhões de EUR do FFUEAI, que revestiu a inovadora forma de participação no capital, foi crucial para fechar o pacote financeiro do investimento.

A Comissão Europeia lançou recentemente um importante novo instrumento de combinação de recursos em África – a Facilidade de Investimento para África. Esta nova facilidade tira partido do sucesso do FFI para apoiar e alavancar o investimento global nos projetos. O FFI subsistirá até que os seus fundos restantes (que, em dezembro de 2015, excediam 114 milhões de EUR) tenham sido totalmente afetados e, posteriormente, dedicar-se-á aos desembolsos e ao acompanhamento das operações em curso.

Instituições de financiamento bilaterais e instituições de financiamento do desenvolvimento europeias e internacionais

Os bancos de fomento nacionais e regionais visam mobilizar financiamento de longo prazo juntamente com o Grupo BEI e outras instituições de financiamento do desenvolvimento (IFD) internacionais e europeias e instituições financeiras internacionais (IFI).

Um bom exemplo desta cooperação estratégica é a participação regular do BEI na reunião do Grupo de Trabalho IFD/IFI sobre Financiamento das PME. Os trabalhos têm por objetivo melhorar a eficiência na execução dos projetos através da harmonização da documentação e das normas jurídicas.

Empresas europeias

Com uma presença desde há mais de cinco décadas em África, o BEI está na posição ideal para ajudar as empresas europeias que estão interessadas em investir no mercado africano, bem como nos mercados das Caraíbas e do Pacífico. Trata-se de regiões preparadas para o progresso, pela sua riqueza em recursos naturais e energias renováveis, e que apresentam uma demografia favorável. A África está especialmente sedenta de investimento, e o BEI tem vindo a sensibilizar toda a União Europeia para esse facto.

Não pretende com isso menosprezar as necessidades das Caraíbas e do Pacífico. A internacionalização das empresas europeias é uma prioridade para o BEI, que está a intensificar esforços no sentido de aumentar as atividades de financiamento das empresas que têm em mira as regiões ACP. O BEI tem agora uma divisão dedicada aos empréstimos a empresas com estes objetivos. Podemos estar confiantes de que estas operações irão aumentar nos anos mais próximos.

Iniciativa de Delegação Recíproca

Tendo em vista aumentar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento, o BEI é um dos parceiros da Iniciativa de Delegação Recíproca (IDR), que congrega os esforços do Banco com a AFD (*Agence Française de Développement*) e o banco de desenvolvimento alemão KfW.

Esta iniciativa permite aos promotores de projetos de investimento nos países parceiros da UE cofinanciados pelas três instituições de desenvolvimento beneficiar de uma maior capacidade de financiamento de projetos através de uma divisão estruturada do trabalho, em que uma das instituições atua como financiador principal.

Nos países ACP, desde que foi concluída a fase-piloto, tiveram início 11 novas operações com a metodologia da Iniciativa de Delegação Recíproca. O BEI é o financiador principal em três destas operações, incluindo dois projetos no setor da água, nas Seicheles e na Tanzânia, respetivamente, bem como num projeto no setor da eletricidade em Moçambique, cuja fase de apreciação começou recentemente.

De uma forma geral, a IDR contribui para estabelecer laços mais fortes com os nossos parceiros AFD e KfW e para promover uma maior eficácia do financiamento europeu fora da UE em consonância com as políticas externas da UE. Estão a ser exploradas formas de aprofundar a delegação de funções e responsabilidades no sentido de tornar a metodologia da IDR mais eficaz e de alargar a iniciativa.

Energia Sustentável para Todos (SE4All)

Iniciativa SE4All: foram criadas vertentes para apoiar a SE4All na África Subsariana através de três instrumentos que beneficiam de recursos reafetados do FED:

O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFUEAI) com uma dotação de 330 milhões de EUR para a Iniciativa SE4All;

Um suplemento de 20 milhões de EUR para o Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF) destinado a projetos de pequena dimensão no setor da energia em África;

O BEI está também a desenvolver um conjunto de iniciativas de financiamento inovadoras concebidas para colmatar lacunas específicas nos mercados de energia e facilitar o investimento do setor privado, tendo por finalidade alcançar os objetivos da iniciativa SE4All.

O Fundo de Garantia Africano para a Energia, concebido para responder à carência de produtos adequados de atenuação de riscos, mobilizará competências técnicas nos setores da banca, dos seguros e dos resseguros para projetos energéticos elegíveis em África.

O Instrumento de Energia Sustentável para os Países ACP, que tem por objetivo a prestação de garantias e a partilha de riscos com intermediários financeiros selecionados a fim de aumentar o financiamento de projetos de pequena dimensão nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética, foi aprovado em 2015.

Os mecanismos de financiamento das IEFD («European Financing Partners» e «Interact Climate Change Facility»)

Em termos operacionais, o BEI e as demais IEFD cooperam sempre que se justifique através de financiamentos conjuntos, mas principalmente no contexto de duas iniciativas:

A iniciativa «European Financing Partners» (EFP). No final de 2015, o montante total de 205 milhões de EUR da contribuição da FI para as iniciativas EFP I a V, que totaliza 490 milhões de EUR considerando os cancelamentos, tinha sido afetado a 32 projetos. As verbas comprometidas destinaram-se maioritariamente a intermediários financeiros (36 %) e aos setores das comunicações (20 %) e da indústria (19 %) na Nigéria (29 %), no Quénia (18 %) e na Tanzânia (9 %).

A «Interact Climate Action Facility» (ICCF), um fundo de 300 milhões de EUR vocacionado para o combate às alterações climáticas, constituído em 2011 com um compromisso de 50 milhões de EUR da FI, e baseado no conceito da EFP com a participação da AFD. No final de outubro de 2015, tinha sido aprovado ou encontrava-se em apreciação um total de 21 projetos no valor agregado de 346 milhões de EUR, dos quais nove se situavam na região ACP. O BEI optou por não financiar cinco destes projetos, conquanto participe nos outros quatro, com um montante total de compromissos de 24 milhões de EUR. A maioria dos projetos da ICCF insere-se nos setores da energia eólica (46 %) e solar (21 %). Estão atualmente em fase de apreciação projetos no Uganda, no Quénia e na República Dominicana.

Para 2016 está prevista uma fusão entre a EFP e a ICCF no intuito de reduzir a carga administrativa e os custos operacionais da ICCF e da EFP. O projeto de fusão foi discutido e aprovado pelos acionistas em 2014. Está previsto um reaprovisionamento de ambas as facilidades a realizar antes de 30 agosto de 2016, quando cessarem os atuais compromissos para com a ICCF e a EFP. A EFP deverá alargar o seu âmbito geográfico - atualmente restrito aos países ACP - de modo a alinhá-lo com o da ICCF, mas a contribuição do BEI manter-se-á provavelmente limitada apenas aos países ACP. Prevê-se, finalmente, que o Finnfund e o Swedfund possam reingressar na ICCF em 2016 devido à recente melhoria da classificação no índice de transparência fiscal do Luxemburgo.

Em 2014, a Comissão Europeia confiou ao BEI a gestão do Instrumento UE-IEFD de Desenvolvimento do Setor Privado (EEDF) com uma dotação de 45 milhões de EUR. Este instrumento proporciona garantias de crédito parciais a projetos elegíveis aprovados no âmbito da iniciativa SE4All que sejam submetidos a financiamento pela EFP ou pela ICCF.

Até à data, o BEI emitiu uma garantia de 5,35 milhões de EUR para um projeto da ICCF com a Mobisol, um promotor alemão que comercializa sistemas solares residenciais na modalidade pré-pago a clientes de baixo rendimento no Ruanda e na Tanzânia. Um segundo projeto, que inclui uma central solar fotovoltaica no Quénia, foi aprovado pelo Comité de Investimento da ICCF em novembro de 2015. A emissão da garantia (19,1 milhões de EUR) está pendente da assinatura dos contratos de financiamento subjacentes. A DEG é o parceiro promotor em ambas as operações.

«Prioridades e objetivos comuns» – **como podem o BEI e a UNIDO trabalhar em conjunto**

O BEI e a UNIDO têm muito em comum no que respeita às suas políticas de desenvolvimento. Este organismo das Nações Unidas tem por objetivo último a redução da pobreza através do desenvolvimento industrial sustentável. O Banco centra a sua atividade na promoção do setor privado e na criação das condições adequadas ao crescimento.

«A UNIDO promove o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável (DIIS)», afirma o Diretor-Geral Li Yong. «Trata-se de um desenvolvimento industrial que beneficia todos os segmentos da sociedade, não só alguns, e que não polui.»

As abordagens da UNIDO à sua missão são multifacetadas e ajustam-se perfeitamente às do BEI. «Consideramos três abordagens diferentes. A criação de prosperidade partilhada centra-se na indústria agroalimentar, no desenvolvimento do empreendedorismo rural, nas mulheres e nos jovens, na segurança humana e na reabilitação pós-crise. Além disso, a UNIDO ajuda os seus Estados membros a impulsionar a competitividade económica e visa o investimento, a tecnologia, as PME e o desenvolvimento do empreendedorismo, as capacidades comerciais e a responsabilidade empresarial. Finalmente, no que respeita à proteção do ambiente, o trabalho da UNIDO centra-se nos seguintes objetivos: produção eficiente em termos de recursos e hipocarbónica, acesso a energia limpa para utilização produtiva e aplicação de acordos ambientais multilaterais.»

Os benefícios da intervenção da UNIDO consistem na aplicação das melhores práticas, na prestação de assistência técnica e na disponibilização de *know-how*. O seu envolvimento proporciona competências técnicas e produz um efeito catalisador, qualidades que o BEI partilha. «Acredito que a nossa parceria com o BEI possui um enorme potencial», declara Li Yong. «Temos prioridades e objetivos comuns, tais como a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, e estamos ambos convictos de que o crescimento sustentável baseado no setor privado é o instrumento mais poderoso de criação de emprego e riqueza nos países em desenvolvimento.»

O BEI e a UNIDO já deram os primeiros passos concretos de colaboração. «Finalizámos um roteiro de 22 pontos, que agora está em fase de implementação», explica Li Yong. «Os nossos objetivos consistem em identificar, formular, facilitar, executar e avaliar oportunidades de investimento no desenvolvimento do setor privado. Para este efeito, temos de nos concentrar nas infraestruturas resilientes, na industrialização inclusiva e sustentável e na inovação.»

Estes objetivos coincidem exatamente com o ODS 9, pelo que a aproximação das nossas duas organizações faz sentido em termos estratégicos, tanto do ponto de vista das Nações Unidas como do BEI e, por inerência, também da União Europeia. Os desafios são enormes, mas a nossa parceria, que está a dar os primeiros passos, é prometedora. «Um dos objetivos desta parceria é impulsionar um crescimento significativo na alavancagem do financiamento disponível.

A combinação das competências industriais da UNIDO com a experiência do BEI no financiamento do desenvolvimento pode tornar-se um forte instrumento do desenvolvimento em muitos países. Estou confiante de que será esse o resultado», acrescenta Li Yong. «Espero que a UNIDO seja envolvida com regularidade em projetos do BEI, sempre que seja necessária assistência técnica, e a UNIDO convidará o BEI a participar em operações com vista a melhorar o acesso ao financiamento.»

Resultados da carteira da FI como fundo autorrenovável

Conta de resultados

No que respeita ao exercício de 2015, a Facilidade de Investimento evidencia uma perda líquida de -3,3 milhões de EUR, em comparação com a perda líquida de -46,7 milhões de EUR no ano anterior. Esta alteração no resultado anual da Facilidade é atribuível principalmente às rubricas seguintes:

As perdas por imparidade na carteira de operações de financiamento de dívida, líquida de reversões, decresceram significativamente para uma perda líquida de -34 milhões de EUR, em comparação com -75,8 milhões de EUR em 2014. Foram inscritos -36,2 milhões de EUR de perdas por imparidade adicionais, enquanto que 2,3 milhões de EUR de perdas por imparidade de exercícios anteriores foram revertidos.

A imparidade da carteira de operações de financiamento de capital decresceu 71 %, de -6,3 milhões de EUR em 2014 para -3,6 milhões de EUR. O nível atual de provisionamento das operações de financiamento (dívida e capital) é equivalente a 9 % do valor da carteira em dívida. Este valor foi de 6 % em 2014.

As receitas de comissões diminuíram significativamente entre 2014 e 2015, de 1,2 milhões de EUR para 0,9 milhões de EUR. Este decréscimo de 24,8 % deve-se principalmente a uma diminuição das comissões de reembolso antecipado cobradas.

O resultado cambial líquido deteriorou-se significativamente em -99 %, de uma perda líquida de -0,2 milhões de EUR para uma perda líquida de -52,5 milhões de EUR.

Os ganhos líquidos realizados com ativos financeiros disponíveis para venda aumentaram 318 %, de 8,1 milhões de EUR para 34 milhões de EUR. O aumento deveu-se principalmente a uma distribuição significativa recebida de um fundo de capital de risco no montante de 54,2 milhões de USD, equivalente a 50 milhões de EUR.

As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados constituídos por contratos de *swap* aumentaram significativamente de uma perda líquida de -11,7 milhões de EUR para um ganho líquido de 6,3 milhões de EUR. Este aumento pode ser atribuído principalmente ao aumento do montante de *swaps* de divisas cruzadas de curto prazo, dos valores nocionais e da taxa de avaliação.

Os juros e proveitos equiparados aumentaram 17 % desde 2014, de 77,2 milhões de EUR para 90,4 milhões de EUR, em linha com o aumento da carteira de operações de financiamento de dívida.

Os gastos administrativos líquidos cifraram-se em -43 milhões de EUR, o que corresponde a um aumento de 13 % face a -38,1 milhões de EUR em 2014.

Balanço

O total dos capitais próprios aumentou de 2 311,6 milhões de EUR em 2014 para 2 416,2 milhões de EUR em 2015. As contribuições dos Estados-Membros aumentaram de 2 057 milhões de EUR para 2 157 milhões de EUR. Os lucros não distribuídos ascenderam a 95,2 milhões de EUR, face a 98,5 milhões de EUR em 2014. Por último, a reserva de justo valor apresentou um saldo de 164 milhões de EUR no final do exercício de 2015, face a 156,1 milhões de EUR em 2014.

Dado que a atividade financeira do Banco está em expansão, a respetiva carteira de empréstimos cresceu de 1 331,9 milhões de EUR para 1 460,1 milhões de EUR, o que representa uma taxa de crescimento global de 10 % e constitui a rubrica de maior valor do ativo, com 57 % do total.

Entre 2014 e 2015, a rubrica «Caixa e equivalentes de caixa» diminuiu 18 %, de 545,4 milhões de EUR para 448,9 milhões de EUR.

O capital e os investimentos de capital aumentaram 3,8 %, de 403,1 milhões de EUR para 419,4 milhões de EUR.

No que respeita ao passivo, as «dívidas a terceiros» constituem a rubrica mais importante, com um total de 101,2 milhões de EUR, montante significativamente superior aos 68,8 milhões de EUR registados em 2014. Este aumento significativo ficou a dever-se a uma reafetação à Facilidade de Investimento de contribuições dos Estados-Membros que estavam inicialmente destinadas a pré-financiar as referidas operações no âmbito do 10.º FED. Incluem-se aqui também os gastos administrativos acima referidos, que consistem em comissões de gestão do BEI.

Perfil de risco

O Banco assegura a qualidade da carteira global da FI através de um exame seletivo dos projetos numa fase precoce, de um acompanhamento regular e reforçado das operações que realiza e de avaliações *ex post*. Tendo em vista uma gestão adequada do risco de crédito inerente a algumas novas operações ou dos efeitos de circunstâncias adversas sobre as contrapartes atuais, o Banco mantém uma lista de operações de risco potencial a vigiar, que é regularmente atualizada. Duas vezes por ano apresenta um relatório de risco às partes interessadas nos Estados-Membros.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira da FI cumpria todos os limites aplicáveis.

Em termos gerais, a qualidade de crédito global da carteira da FI registou uma melhoria devido principalmente à qualidade de crédito superior das novas operações em 2015. No que diz respeito aos empréstimos, a qualidade de crédito das novas operações assinadas em 2015 foi ligeiramente superior à das operações em carteira. Com efeito, a quota-parte dos empréstimos de «primeira qualidade» até «risco aceitável» foi de 69,2 % para as novas assinaturas em 2015, face a 64,8 % das operações em carteira. As operações de participação de capital representaram 27 % das novas assinaturas em 2015 (156 milhões de EUR). Cerca de um terço deste montante foi assinado ao abrigo do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto (PFEI).

Apesar do decréscimo em relação ao final de 2014, a análise das dez principais contrapartes evidencia um risco de concentração não negligenciável na carteira (as dez principais contrapartes representam 31,9 % da carteira). No final de 2015, a concentração nos dez principais países situou-se abaixo de 50 %, o que representa uma melhoria face aos anos anteriores.

Operações em imparidade – Em 31 de dezembro de 2015, eram 14 as operações a vigiar constantes da respetiva lista, face a 17 operações em dezembro de 2014. As operações a vigiar ascenderam a 193,6 milhões de EUR, representando 5,6 % do total de operações assinadas em curso, em queda face ao valor de 2014, que se situou nos 5,8 %.

Receitas de operações precedentes

No final de 2015, as contribuições de capital dos Estados-Membros da UE para a Facilidade de Investimento ACP totalizaram 2 157 milhões de EUR, considerando a dotação total atribuída ao abrigo do Acordo de Cotonu no montante de 3 685,5 milhões de EUR (Cot 1-3). Através deste mecanismo autorrenovável único, as disponibilidades adicionais, provenientes de reembolsos de capital de empréstimos, proveitos de juros, vendas de ações e receitas de dividendos, são reinjetadas na Facilidade. No final de 2015, as receitas de operações precedentes cifraram-se em 1 396 milhões de EUR.

Deste modo, é possível aprovar financiamentos adicionais para projetos, que excedem o montante total da dotação atribuída à Facilidade, tendo por base projeções futuras quanto às receitas previstas de operações precedentes. Todas as novas aprovações desde o início de 2012 têm sido financiadas com receitas de operações precedentes.

O valor total acumulado desde 2003 das aprovações ao abrigo da Facilidade de Investimento ACP eleva-se a cerca de 5 900 milhões de EUR. Segundo as previsões, o volume de financiamento deverá continuar a aumentar todos os anos até atingir, no final de 2020, duas vezes e meia o valor da dotação inicial.

Organização e recursos humanos

Equipa do gabinete
de São Domingos

Equipa do gabinete
de Dakar

Equipa do gabinete
de Nairóbi

Equipa do gabinete
de Tshwane (Pretória)

Equipa do gabinete
de Sidney

O departamento de Parceiros Globais do BEI tem a seu cargo a gestão de todas as atividades do Banco nos Estados ACP, na República da África do Sul e nos países e territórios ultramarinos, assim como a realização de atividades com interesse para os Estados ACP ao abrigo de mandatos especiais.

Os colaboradores que se dedicam a estas atividades integram também outras equipas no âmbito da Direção de Operações, como é o caso do Departamento de Gestão de Mandatos, da Divisão de Acompanhamento das Operações, das Divisões de Instrumentos de Capital Próprio e Microfinanciamento e da Divisão de Fundos Fiduciários e Combinação de Recursos, incluindo a equipa do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas.

No final de 2015, contavam-se 94 membros do pessoal equivalentes a tempo inteiro (ETI) encarregados das operações nos países ACP, distribuídos entre a sede do BEI no Luxemburgo e os gabinetes externos nas regiões ACP, nomeadamente em:

Adis Abeba, Dacar, Nairóbi e Iaundé (a abrir em 2016) para a África Oriental, Ocidental e Central, em Pretória para a África Austral, em Sydney para o Pacífico e em São Domingos para as Caraíbas.

A presença do BEI no terreno permite-lhe avaliar o mercado, iniciar projetos, efetuar análises e operações, acompanhar os projetos, comunicar e colaborar com os parceiros locais. A presença em instalações partilhadas com as delegações da UE, como é o caso do Gabinete das Caraíbas, deverá reforçar o diálogo e aumentar as sinergias entre os dois braços financeiros da política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia. O gabinete de Adis Abeba, por seu turno, aproxima o BEI da sede da União Africana, permitindo ao Banco manter laços de maior proximidade com aquela organização. Durante o ano de 2016, o gabinete regional da África Ocidental será transferido de Dacar para Abidjan.

Está prevista a abertura de novos balcões do BEI nas instalações das delegações da UE em Porto Moresby, na Papua-Nova Guiné, e em Barbados, bem como nas capitais da Zâmbia e de Moçambique, respetivamente Lusaca e Maputo. Estes serviços permitirão aprofundar a cooperação entre o BEI e os nossos colegas do Serviço Europeu de Ação Externa e da Comissão Europeia.

No decurso de 2016 e nos anos subsequentes, haverá uma reestruturação no seio do Banco e uma maior presença no terreno, que serão acompanhadas de um aumento de efetivos na sede do BEI e nos países ACP. A fim de corresponder às expectativas, é essencial dispor de recursos humanos suficientes e dotados das competências pertinentes.

Os anos futuros

O BEI reafirma o seu compromisso de apoiar projetos financeiramente viáveis, sustentáveis e vantajosos nas regiões da África, das Caraíbas e do Pacífico, nos países e territórios ultramarinos e na República da África do Sul. O Banco apoia plenamente as políticas da UE no exterior e continuará a ser um parceiro visível e persuasivo na sua prossecução.

Enquanto instituição, o BEI tem vindo a evoluir no sentido de dar resposta às necessidades de povos de todo o mundo, envidando todos os esforços para solucionar os problemas que enfrentam. O BEI comprometeu-se a aumentar o investimento em ação climática no exterior da UE para 35 % do volume total de financiamento. Nos países ACP, o Banco está a constituir uma lista de projetos adequados à consecução deste objetivo. Os Estados-Membros da UE convidaram o Banco a reforçar a sua atuação nas regiões ACP. O Banco está a responder, mantendo as suas operações tradicionais, tais como as linhas de crédito e o investimento em infraestruturas, mas também procurando ativamente colaborar com mais parceiros, que possam contribuir com conhecimentos especializados para iniciativas de boa qualidade.

O Banco orgulha-se de participar na Facilidade de Investimento para África juntamente com a Comissão Europeia, e aguarda com expetativa iniciativas como a «Boost Africa», em que o BEI e os parceiros poderão realmente apoiar empresas em fase de arranque e empreendedores em África. São estas as pessoas que construirão a prosperidade de amanhã. É crucial apoiá-las, como é crucial continuar os progressos alcançados nas Caraíbas e no Pacífico. As novas presenças regionais reforçarão as atividades do BEI em todas as regiões ACP, aproximando realmente o Banco dos seus clientes. O BEI esforça-se constantemente por ir mais além.

Anexos

53 1. Lista dos países ACP e dos PTU

54 2. Demonstrações financeiras abreviadas da Facilidade de Investimento ACP*

58 3. Montantes anuais e acumulados das aprovações, assinaturas e desembolsos 2003-2015

59 4. Lista de operações assinadas a cargo da Facilidade de Investimento, 2003-2015 (ACP e PTU)

66 5. Lista de operações assinadas a cargo de recursos próprios, 2003-2015 (ACP e PTU)

70 6. Perspetiva geral das linhas de crédito (FI e RP, ACP e PTU), 2003 - 2015

74 7. Evolução da desagregação dos financiamentos desde a criação da Facilidade de Investimento

76 8. Endereços do BEI

* As demonstrações financeiras completas e os respetivos anexos encontram-se disponíveis para *download* em www.eib.org ou podem ser solicitadas por e-mail: info@eib.org

1. Lista dos países ACP e dos PTU

África

- *África do Sul***
- Angola
- Benim
- Botsuana
- Burquina Faso
- Burundi
- Cabo Verde
- Camarões
- Chade
- Comores
- Congo
- Costa do Marfim
- Eritreia
- Etiópia
- Gabão
- Gâmbia
- Gana
- Guiné
- *Guiné Equatorial**
- Guiné-Bissau
- Jibuti
- Lesoto
- Libéria
- Madagáscar
- Maláui
- Mali
- Maurícia
- Mauritânia
- Moçambique
- Namíbia
- Níger
- Nigéria
- Quénia
- República Centro-Africana
- República Democrática do Congo
- Ruanda
- São Tomé e Príncipe
- Seicheles
- Senegal
- Serra Leoa
- Somália
- Suazilândia
- *Sudão do Sul**
- *Sudão**
- Tanzânia
- Togo
- Uganda
- Zâmbia
- Zimbabué

Pacífico

- Fiji
- Ilhas Cook
- Ilhas Marshall
- Ilhas Salomão
- Micronésia
- Nauru
- Niue
- Palau
- Papua-Nova Guiné
- Quiribáti
- Samoa
- Timor-Leste
- Tonga
- Tuvalu
- Vanuatu

* Estado ACP que não é signatário ou não ratificou o Acordo de Parceria de Cotonu revisto.

** África do Sul: embora seja parte do grupo regional de Estados ACP e signatária do Acordo de Parceria de Cotonu, a África do Sul recebe assistência do BEI ao abrigo de um mandato diferente.

Caraíbas

- Antígua e Barbuda
- Baamas
- Barbados
- Belize
- *Cuba**
- Domínica
- Granada
- Guiana
- Haiti
- Jamaica
- República Dominicana
- Santa Lúcia
- São Cristóvão e Nevis
- São Vicente e Granadinas
- Suriname
- Trindade e Tobago

PTU

- Anguila
- Aruba
- Bermuda
- Bonaire
- Curaçau
- Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
- Gronelândia
- Ilhas Caimão
- Ilhas Falkland
- Ilhas Turcas e Caicos
- Ilhas Virgens Britânicas
- Monserrate
- Nova Caledónia e Dependências
- Pitcairn
- Polinésia Francesa
- Saba
- Santa Helena e Dependências
- Santo Eustáquio
- São Bartolomeu
- São Martinho (Sint Maarten)
- São Pedro e Miquelon
- Território Antártico Britânico
- Território Britânico do Oceano Índico
- Territórios Austrais e Antárticos Franceses
- Wallis e Futuna

2. Demonstrações financeiras abreviadas da Facilidade de Investimento ACP

Demonstração da posição financeira

em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de EUR)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	5	448 995	545 399
Instrumentos financeiros derivados	6	311	448
Empréstimos e contas a receber	7	1 460 057	1 331 918
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	419 353	403 085
Valores a receber dos doadores	9/15	-	42 590
Ativos financeiros detidos até à data de vencimento	10	228 521	99 988
Outros ativos	11	27	5 522
Total do ativo		2 557 264	2 428 950
PASSIVO E RECURSOS DOS DOADORES			
PASSIVO			
Instrumentos financeiros derivados	6	8 219	14 632
Contas de regularização	12	29 325	31 310
Dívidas a terceiros	13	101 202	68 824
Outros passivos	14	2 364	2 591
Total do passivo		141 110	117 357
RECURSOS DOS DOADORES			
Fração exigida da contribuição dos Estados-Membros	15	2 157 000	2 057 000
Reserva de justo valor		163 993	156 122
Lucros não distribuídos		95 161	98 471
Total dos recursos dos doadores		2 416 154	2 311 593
Total do passivo e dos recursos dos doadores		2 557 264	2 428 950

Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de EUR)

	Notas	De 01.01.2015 a 31.12.2015	De 01.01.2014 a 31.12.2014
Juros e proveitos equiparados	17	90 385	77 240
Juros e custos equiparados	17	-1 556	-1 522
Juros e proveitos equiparados líquidos		**88 829**	**75 718**
Receitas de comissões	18	932	1 163
Despesas de comissões	18	-63	-37
Receita líquida de comissões		**869**	**1 126**
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados		6 276	-11 663
Ganhos líquidos realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	19	33 878	8 109
Perdas cambiais líquidas		-52 483	-222
Resultado líquido de operações financeiras		**-12 329**	**-3 776**
Variação da imparidade de empréstimos e contas a receber, líquida de reversões	7	-33 988	-75 756
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	8	-3 646	-6 262
Outro rendimento	21	-	337
Gastos gerais administrativos	20	-43 045	-38 128
Perda do exercício		-3 310	-46 741
Outro rendimento integral:			
Elementos que são ou podem ser reclassificados nos resultados:			
Ativos financeiros disponíveis para venda – reserva de justo valor	8		
1. Variação líquida do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda		43 394	87 230
2. Montante líquido transferido para resultados		-35 523	-9 299
Total de ativos financeiros disponíveis para venda		**7 871**	**77 931**
Total de outro rendimento integral		**7 871**	**77 931**
Total do rendimento integral do exercício		4 561	31 190

Mapa da variação dos recursos dos doadores

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de EUR)

	Notas	Contribuição exigida	Reserva de justo valor	Lucros não distribuídos	Total
Em 1 de janeiro de 2015		2 057 000	156 122	98 471	2 311 593
Contribuição dos Estados-Membros exigida durante o exercício	15	100 000	-	-	100 000
Bonificações de juros e assistência técnica não utilizadas	15	290 000	-	-	290 000
Perda do exercício de 2015		-	-	-3 310	-3 310
Total do outro rendimento integral do exercício		-	7 871	-	7 871
Variação dos recursos dos doadores		**100 000**	**7 871**	**-3 310**	**104 561**
Em 31 de dezembro de 2015		2 157 000	163 993	95 161	2 416 154

	Notas	Contribuição exigida	Reserva de justo valor	Lucros não distribuídos	Total
Em 1 de janeiro de 2014		1 661 309	78 191	145 212	1 884 712
Contribuição dos Estados-Membros exigida durante o exercício	15	105 691	-	-	105 691
Bonificações de juros e assistência técnica não utilizadas	15	290 000	-	-	290 000
Perda do exercício de 2014		-	-	-46 741	-46 741
Total do outro rendimento integral do exercício		-	77 931	-	77 931
Variação dos recursos dos doadores		**395 691**	**77 931**	**-46 741**	**426 881**
Em 31 de dezembro de 2014		2 057 000	156 122	98 471	2 311 593

Demonstração dos fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de EUR)

	Notas	De 01.01.2015 a 31.12.2015	De 01.01.2014 a 31.12.2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Perda do exercício		-3 310	-46 741
Ajustamento para:			
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	8	3 646	6 262
Outro rendimento	21	-	-337
Variação líquida das perdas por imparidade de empréstimos e contas a receber	7	33 988	75 756
Juros capitalizados de empréstimos e contas a receber	7	-13 262	-11 915
Variação dos juros vencidos e do custo amortizado de empréstimos e contas a receber		1 594	895
Variação dos juros vencidos e do custo amortizado de ativos detidos até à data de vencimento	10	12	12
Variação da conta de regularização		-1 985	-3 773
Efeito das flutuações cambiais nos empréstimos concedidos	7	-73 447	-92 707
Efeito das flutuações cambiais nos ativos financeiros disponíveis para venda		-9 385	-449
Efeito das flutuações cambiais nas disponibilidades		-12 216	-9 362
Perdas das atividades operacionais antes da variação dos ativos e passivos operacionais		**-74 365**	**-82 359**
Desembolsos de empréstimos	7	-282 784	-248 326
Reembolsos de empréstimos	7	205 772	166 578
Variação dos juros vencidos sobre caixa e equivalentes de caixa	5	4	7
Variações do justo valor dos instrumentos derivados		-6 276	11 663
Variação do valor de ativos financeiros detidos até à data de vencimento	10	-1 545 550	-1 610 057
Vencimento de ativos financeiros detidos até à data de vencimento	10	1 417 005	1 612 619
Variação do valor de ativos financeiros disponíveis para venda	8	-67 449	-42 646
Reembolso/Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	8	64 791	43 378
Variação de outras rubricas do ativo		5 495	-5 374
Variação de outras rubricas do passivo		-227	19
Variação de montantes a pagar ao Banco Europeu de Investimento		4 668	-175
Fluxos de caixa líquidos utilizados em atividades operacionais		-278 916	-154 673
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Contribuição recebida dos Estados-Membros	15	100 000	105 691
Montantes recebidos dos Estados-Membros a título de bonificações de juros e assistência técnica		92 590	7 410
Montantes pagos por conta dos Estados-Membros a título de bonificações de juros e assistência técnica		-22 290	-21 899
Fluxos de caixa líquidos originados pelas atividades de financiamento		170 300	91 202
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		-108 616	-63 471
Mapa resumo dos fluxos de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		545 398	599 507
Fluxos de caixa líquidos originados por:			
Atividades operacionais		-278 916	-154 673
Atividades de financiamento		170 300	91 202
Efeito das flutuações cambiais na rubrica Caixa e equivalentes de caixa		12 216	9 362
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		448 998	545 398
Composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa:			
Dinheiro em caixa	5	71 405	9 642
Depósito a prazo (excluindo juros vencidos)		290 576	415 756
Papel comercial	5	87 017	120 000
		448 998	545 398

3. Montantes anuais e acumulados das aprovações, assinaturas e desembolsos 2003-2015

ACP e PTU		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
ACP-FI (2003-2020) (3 185,5 milhões de EUR)	Aprovações	360,7	388,0	500,9	586,2	297,3	299,5	647,3	395,3	381,1	561,0	834,0	448,5	479,7	**6 079,51**
	Assinaturas	136,9	336,2	353,7	566,2	310,0	334,7	409,3	369,1	193,0	355,0	471,5	652,6	516,5	**5 004,65**
	Desembolsos	4,1	93,6	113,8	184,9	328,5	218,0	198,5	260,0	305,5	315,1	277,2	290,5	348,9	**2 938,65**
PFEI-FI ACP COTONU III (500 milhões de EUR)	Aprovações												88,3	63,9	**152,10**
	Assinaturas												8,0	60,0	**68,01**
	Desembolsos												0,0	2,3	**2,28**
ACP-Recursos próprios 1.º Prot. (1 720 milhões de EUR)	Aprovações	43,1	47,3	170,0	207,3	550,3	133,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**1 150,95**
	Assinaturas	6,1	62,2	150,9	167,3	431,8	148,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**967,05**
	Desembolsos	0,0	6,7	13,7	85,9	107,4	194,7	156,5	34,3	60,4	28,8	27,8	8,7	12,9	**737,79**
ACP-Recursos próprios 2.º Prot. (2 030 milhões de EUR)	Aprovações						83,8	663,2	672,0	129,7	382,5	308,5	0,0	0,0	**2 239,74**
	Assinaturas						83,8	413,2	597,8	386,6	289,5	240,5	93,0	0,0	**2 104,36**
	Desembolsos						0,0	26,8	156,4	62,2	86,0	123,1	155,9	174,3	**784,57**
ACP-Recursos próprios 3.º Prot. (2 600 milhões de EUR)	Aprovações												364,4	508,6	**872,95**
	Assinaturas												171,0	359,1	**530,07**
	Desembolsos												0,0	0,0	**0,00**

4. Lista de operações assinadas a cargo da Facilidade de Investimento, 2003-2015 (ACP e PTU)

* em moeda local

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2003					
AFRICAN BANKS HOLDINGS, LLC	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	27,45
AUREOS EAST AFRICA FUND	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	6,77
AUREOS SOUTHERN AFRICA VENTURE CAPITAL	Regional – África Austral	Serviços	Participação	Privado	10,15
AUREOS WEST AFRICA FUND	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	8,46
BEL OMBRE HOTEL B (SUBORDINATED LOAN)	Maurícia	Serviços	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	3,30
BEL OMBRE HOTEL C (INDIRECT EQUITY)	Maurícia	Serviços	Participação	Privado	2,80
DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II A CAMEROUN	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II B CAMEROUN	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	25,00
EBTR MAURITANIE	Mauritânia	Desenvolvimento urbano	Empréstimo sénior*	Privado	4,00
KANSANSHI COPPER MINE	Zâmbia	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	34,00
PG BURKINA FASO CREDIT BAIL II	Burquina Faso	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	2,00
PG BURKINA FASO II	Burquina Faso	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
Subtotal para 2003					136,93
2004					
AFRICAN LION MINING FUND II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	6,45
BOAD IV B FACILITE DE GARANTIE	Regional – África Ocidental	Serviços	Garantia	Privado	25,00
BOAD IV C PRISE DE PARTICIPATION	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	4,60
DFCU LEASING GLOBAL LOAN	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS (EFP)	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EUROPEAN FINANCING PARTNERS (EFP)	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	0,01
FABULOUS FLOWERS	Botsuana	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	2,00
MAGADI SODA PURE ASH PROJECT / B (IF)	Quénia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	11,37
MAGADI SODA PURE ASH PROJECT / C (IF)	Quénia	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	1,65
MOMA TITANIUM MINERALS	Moçambique	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	15,00
MOMA TITANIUM MINERALS	Moçambique	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	40,00
MOZ/RSA NATURAL GAS-UPSTREAM COMPONENT	Moçambique	Energia	Empréstimo sénior	Público	10,00
NIGERIA GLOBAL LOAN	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
NOVOTEL DENARAU PROJECT (IF)	Fiji	Serviços	Participação	Privado	5,00
PRET GLOBAL II (GABON)	Gabão	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,50
PRET GLOBAL II (GABON) B	Gabão	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,50
SAMOA VENTURE CAPITAL FUND	Samoa	Serviços	Participação	Privado	0,30
SHORECAP INTERNATIONAL LTD (SCI)	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	2,05
SNIM VII	Mauritânia	Energia	Empréstimo sénior	Privado	22,50
SONABEL III	Burquina Faso	Energia	Empréstimo sénior	Público	15,25
WESTIN ROCO KI BEACH AND GOLF RESORT	República Dominicana	Serviços	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	20,00
Subtotal para 2004					336,17

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2005					
ADVANS	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	3,50
ALBION RESORT MAURITIUS B	Maurícia	Serviços	Participação	Privado	5,00
AQUALMA III	Madagáscar	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	5,00
BANQUE REGIONALE DES MARCHES B	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	0,61
BIMAO	Regional – África Ocidental	Serviços	Garantia*	Privado	5,00
CAP VERT - SECTEUR FINANCIER PG II	Cabo Verde	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
CAPE FUND II	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	12,75
CLICO GLOBAL LOAN	Trindade e Tobago	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
COMPAGNIE SUCRIERE DU TCHAD	Chade	Indústria	Garantia	Privado	11,80
DANGOTE CEMENT - C	Nigéria	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	33,06
DEVELOPMENT FINANCE LIMITED IX	Trindade e Tobago	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	7,00
ETUDE EL AOUJ	Mauritânia	Indústria	Participação	Privado	5,00
GILGEL GIBE II HYDROPOWER PLANT	Etiópia	Energia	Empréstimo sénior	Público	50,00
GRENLEC III PROJECT	Granada	Energia	Empréstimo sénior	Privado	5,00
KPLC GRID DEVELOPMENT	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	43,00
LIAISON MARITIME DAKAR-ZIGUINCHOR	Senegal	Transportes	Empréstimo sénior	Público	10,00
MOMA TITANIUM C	Moçambique	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	2,75
MOPANI COPPER PROJECT	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	48,00
NIGER - PG SECTEUR FINANCIER II	Níger	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
OLKARIA II EXTENSION	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	34,08
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	7,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY B	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	6,00
SEPH-NOUADHIBOU	Mauritânia	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	2,50
SEPH-NOUADHIBOU	Mauritânia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	2,50
VRA VII	Gana	Energia	Empréstimo sénior	Público	10,50
ZESCO KARIBA NORTH II	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	7,60
Subtotal para 2005					353,64
2006					
ACCESS MICROFINANCE HOLDING	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	3,46
ADEMI V	República Dominicana	Serviços	Participação	Privado	0,23
ADEMI V B	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
AES SONEL-ELECTRICITY SUPPLY	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Privado	55,00
AES SONEL-ELECTRICITY SUPPLY B	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Privado	10,00
ALBION RESORT MAURITIUS	Maurícia	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	14,00
AMENAGEMENT HYDROELECTRIQUE DE FELOU	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	11,00
AMENAGEMENT HYDROELECTRIQUE DE FE-LOU B	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	11,00
AMENAGEMENT HYDROELECTRIQUE DE FE-LOU C	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	11,00
ASTRUM TRAVEL HELICOPTER SERVICES	Belize	Transportes	Empréstimo sénior	Privado	3,56
BDEAC PRET GLOBAL III	Regional – África Central	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
BDEAC PRET GLOBAL III B	Regional – África Central	Serviços	Garantia	Privado	5,00
BPI KENYA SME FUND	Quénia	Serviços	Participação	Privado	3,92
BPI MADAGASCAR SME FUND	Madagáscar	Serviços	Participação	Privado	2,00
CARIBBEAN DEV BANK IV B	Regional – Caraíbas	Serviços	Garantia	Privado	20,00
DFCU LEASING GLOBAL LOAN II	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
EADB REGIONAL FINANCE FACILITY	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
ECOCIMENTO FIBRE CEMENT	Moçambique	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	1,30
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
ECP AFRICA FUND II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	38,29
FIRST BANK OF NIGERIA	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	35,00
FIRST BANK OF NIGERIA B	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	15,00
GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II B	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
I & P	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	3,25
KOLOMBANGARA FOREST PROJECT	Ilhas Salomão	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	3,50
KOUILOU MAGNESIUM PHASE I	Congo	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	13,00
KULA FUND II	Regional – Pacífico	Serviços	Participação	Privado	3,99
LUMWANA COPPER PROJECT A	Zâmbia	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	48,00

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
LUMWANA COPPER PROJECT B	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	19,00
MAPUTO WATER SUPPLY	Moçambique	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	31,00
NAMIBIA - OLD MUTUAL MIDINA FUND	Namíbia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Público	4,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
RW - GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT A	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
SMALL ENTERPRISES GLOBAL LOAN	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	4,00
SMALL TOWN WATER & SANITATION PROGRAM	Etiópia	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	16,50
SOCIETE GENERALE MAURITANIE	Mauritânia	Serviços	Participação	Privado	4,21
Subtotal para 2006					566,21
2007					
ACCORD CADRE GARANTIE AFRIQUE CENTRALE	Regional – África Central	Serviços	Garantia*	Privado	50,00
ADEMI V C	República Dominicana	Serviços	Participação	Privado	0,52
ADENIA FUNDS II	Regional – Oceano Índico	Serviços	Participação	Privado	4,61
AFRICAP II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	4,01
AIC CARIBBEAN FUND BARBADOS	Regional – Caraíbas	Serviços	Participação	Privado	37,97
BUJAGALI HYDROELECTRIC PROJECT	Uganda	Energia	Empréstimo sénior	Público	92,13
CAPITAL FINANCIAL HOLDING	Regional – África Central	Serviços	Participação	Privado	5,00
CLICO GLOBAL LOAN B	Trindade e Tobago	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
MARTIN S DRIFT KIMBERLITE PROJECT	Botsuana	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	5,00
MICROCRED (PLANET BANK)	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	3,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II B	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	2,00
PEFF-UGANDA	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	30,00
PRET GLOBAL III (GABON)	Gabão	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
PRET GLOBAL PRO-PME II	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	4,00
PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
RURAL IMPULSE MICROFINANCE FUND (EQUITY)	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	1,09
RURAL IMPULSE MICROFINANCE FUND MEZZ	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	1,70
RW - GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT B	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
TVCABO MULTIMEDIA	Angola	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	15,00
Subtotal para 2007					300,04
2008					
ACCESS BANK LIBERIA	Libéria	Serviços	Participação	Privado	0,96
ADLEVO CAPITAL AFRICA	Maurícia	Serviços	Participação	Privado	13,98
AFRICAN LION MINING FUND III	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	9,67
AFRICINVEST FUND II LLC	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	20,00
ATLANTIC COAST REGIONAL FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	15,65
AUREOS AFRICA FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	27,15
CAPITAL INVESTMENT LINE GL III	Zâmbia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
DERBA MIDROC CEMENT COMPANY	Etiópia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	29,05
DR FINANCING FACILITY	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
DR FINANCING FACILITY B	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
DR FINANCING FACILITY C	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,50
INGA POWER REHABILITATION B	Congo (República Democrática)	Energia	Empréstimo sénior	Público	55,00
JIRAMA WATER II (MADAGASCAR)	Madagáscar	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	23,50
MALAWI GLOBAL LOAN III	Maláui	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
NFC FORESTRY PROJECT	Uganda	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	5,00
NIGER - PG SECTEUR FINANCIER III	Níger	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
NORMAN MANLEY INTERNATIONAL AIRPORT	Jamaica	Transportes	Empréstimo sénior	Público	35,00
PMND (DIGICEL SAMOA)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	3,70
PMND B (DIGICEL VANUATU)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	4,80
PMND C (DIGICEL TONGA)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	3,90
PMND D (DIGICEL FIJI)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	10,70
SMALL ENTERPRISES GLOBAL LOAN B	República Dominicana	Serviços	Participação*	Privado	1,00
SOCIETE DES PLANTATIONS DE MBANGA	Camarões	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	4,10
Subtotal para 2008					324,66
2009					
ADVANS SA SICAR II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	6,00
AGRI-VIE FUND PCC	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	7,99
BANK OF SAINT LUCIA GLOBAL LOAN II	Santa Lúcia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	9,98
BANQUE DE DEPOT ET DE CREDIT DJIBOUTI	Jibuti	Serviços	Participação	Privado	2,00
BDEAC PRET GLOBAL IV	Regional – África Central	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
BTA TOLL ROAD	República Dominicana	Transportes	Empréstimo sénior	Privado	29,82

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
CAPE III	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	28,63
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
FIPA - ANGOLA PRIVATE EQUITY FUND	Angola	Serviços	Participação	Privado	4,05
GROFIN AFRICA FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	14,15
LEAPFROG MICROINSURANCE INVESTMENTS	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	15,07
MICROCRED II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	2,00
MICROFINANCE ENHANCEMENT FACILITY	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	35,03
OLKARIA II EXTENSION B	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	3,95
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II C	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	3,00
PAN-AFRICAN INVESTMENT PARTNERS II LTD	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	28,37
RWANDA GL III - PRIVATE SECTOR SUPPORT	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
SHORECAP II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	9,98
SNIM GUELB II	Mauritânia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	75,00
UNELCO WIND POWER	Vanuatu	Energia	Empréstimo sénior	Privado	4,30
Subtotal para 2009					409,32
2010					
ACCESS BANK LIBERIA B	Libéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	1,50
ACCESS MICROFINANCE HOLDING II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	1,73
ADEMI RURAL MICROFINANCE	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
AFRICA CAPITALISATION FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	28,55
CAPE VERDE WIND POWER PPP	Cabo Verde	Energia	Empréstimo sénior	Privado	30,00
ECOBANK REGIONAL FACILITY II	Regional – África Ocidental	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	50,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
INTERACT CLIMATE CHANGE FACILITY	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	45,00
INTERACT CLIMATE CHANGE FACILITY B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II D	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II E	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	4,00
PHILIPS LIGHTING MASERU	Lesoto	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	5,00
PRET GLOBAL PRO-PME III (CAMEROUN)	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY II	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	40,00
RAWBANK LINE OF CREDIT (DRC)	Congo (República Democrática)	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
REGMIFA MSME INV FUND FOR AFRICA	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	11,27
RURAL IMPULSE MICROFINANCE FUND II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	10,00
Subtotal para 2010					354,05
2011					
ACME HAITI LOCAL CURRENCY LOAN	Haiti	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
BOA REGIONAL FACILITY (REGIONAL WEST AFRIKA)	Regional – África Ocidental	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	10,00
CATALYST FUND I	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	8,93
CDB CLIMATE ACTION LINE OF CREDIT	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado/ Público	50,00
DR FINANCING FACILITY D	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,50
DR MICROFINANCE FACILITY II	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,00
DR MICROFINANCE FACILITY II C	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,00
EAC MICROFINANCE LOAN (FAULU)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	4,00
FEFISOL MICROFINANCE FUND	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	5,00
I AND P CAPITAL (III) LLC LTD	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	12,00
INTERACT CLIMATE CHANGE FACILITY C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	0,01
JAMAICA TOLL ROAD	Jamaica	Transportes	Empréstimo sénior	Privado	39,13
MAURITIUS LEASING LINE OF CREDIT	Maurícia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
PEFF II KENYA A	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
PEFF II KENYA B	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,50
PROGRESSION EASTERN AFRICA MICROFIN. EQUITY FUND	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	5,96
RWANDA PRIVATE SECTOR SUPPORT FACILITY	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
SOFIHDES GL III	Haiti	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
UT BANK GLOBAL LOAN	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
Subtotal para 2011					193,02
2012					
ACCESS BANK GLOBAL LOAN NIGERIA	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
ACCESS MICROFINANCE HOLDING III	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	4,56
ASECNA V	Regional – África	Transportes	Empréstimo sénior	Público	40,00
CONVERGENCE ICT FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	19,25

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
DBS GLOBAL LOAN VI	Seicheles	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EAC MICROFINANCE LOAN (CENTENARY)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	8,00
EAC MICROFINANCE LOAN (K-REP)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	7,00
EAC MICROFINANCE LOAN (THE CO-OP)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	20,00
EADB REGIONAL FINANCE FACILITY GL II	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	25,00
FONDS CAURIS CROISSANCE II LIMITED	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	5,00
I AND P AFRIQUE ENTREPRENEURS	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	7,00
KRIBI GAS FIRED POWER PLANT	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Privado	29,50
MAURITIUS AIRPORT HOTEL	Maurícia	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	8,00
PEFF II KENYA / C	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,50
PEFF III KENYA	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	50,00
PEFF III KENYA - B	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
UBA REGIONAL FACILITY	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,17
Subtotal para 2012					354,98
2013					
DR MICROFINANCE FACILITY II D	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	1,00
EAC MICROFINANCE LOAN DFCU	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	5,00
EAC MICROFINANCE LOAN II (NMB)	Regional – África Oriental	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	20,00
EAC MICROFINANCE LOAN KCB RWANDA	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	6,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF FAMILY BANK	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF I AND M RWANDA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF NMB TANZANIA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	50,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF PRIME BANK	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
FAMILY BANK	Regional – África Oriental	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	10,00
GHANA FINANCIAL SECTOR GL III A	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
LEAPFROG II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	18,83
MALAWI CREDIT LINE	Maláui	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
MAURITIUS ETHANOL PROJECT	Maurícia	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	8,00
MICROCRED COTE D IVOIRE	Costa do Marfim	Serviços	Participação	Privado	1,70
NIGERIA SECOND TIER LOAN B	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
NIGERIA SECOND TIER LOAN C	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
NIGERIA SECOND TIER LOAN D	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
SHELTER-AFRIQUE COMMUNITY DEVELOPMENT	Regional – África	Desenvolvimento urbano	Empréstimo sénior	Privado	15,00
ZENITH BANK MID-CAP LOAN	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	40,00
ZENITH BANK MID-CAP LOAN B	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
Subtotal para 2013					453,5
2014					
ACCESS BANK LINE OF CREDIT NIGERIA II	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
ADVANS SA SICAR III	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	4,51
AIRSIDE SAFETY WORKS - ROBERTS AIRPORT MONROVIA	Libéria	Transportes	Empréstimo sénior	Público	21,70
BANCABC REGIONAL FACILITY FOR SME AND MIDCAPS (B)	Botsuana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
BANCABC REGIONAL FACILITY FOR SME AND MIDCAPS (Z)	Zâmbia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	25,00
EAC MICROFINANCE FACILITY II CRDB	Regional – África Oriental	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	20,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF BOA TANZANIA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF CRANE BANK UGANDA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	28,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF CRDB UGANDA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF HFB UGANDA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	13,00

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
ECOBANK REGIONAL FACILITY III	Regional – África	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	80,11
GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III B	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
LAKE TURKANA WIND POWER A	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Privado	50,00
LAKE TURKANA WIND POWER C	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Privado	100,00
MOZAMBIQUE FINANCIAL SECTOR LINE OF CREDIT MB	Moçambique	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
PEFF III KENYA - C	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
PORTLAND CARIBBEAN FUND II L P	Regional – Caraíbas	Serviços	Participação	Privado	23,43
PTA BANK - CREDIT LINE FOR SMES AND MIDCAPS	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	64,00
PTA BANK - CREDIT LINE FOR SMES AND MIDCAPS	Regional – África Austral	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	16,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY (ABC)	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	5,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY (MADISON)	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	4,50
SYNERGY PRIVATE EQUITY FUND	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	11,37
PFEI-FI ACP Cotonu III					
NOVASTAR VENTURES EAST AFRICA FUND	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	8,01
Subtotal para 2014					**646.63**
2015					
ACCESS MICROFINANCE HOLDING III B	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	2,24
AFRICA RENEWABLE ENERGY FUND LP	Regional – África	Serviços	Participação	Público	14,77
AGRIF	Regional – ACP	Agricultura, pescas e silvicultura	Participação	Privado	13,15
APIS GROWTH FUND I	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	19,29
DR MICROFINANCE FACILITY II E	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
EAC MICROFINANCE FACILITY II (FAULU)	Regional – África Oriental	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	10,00
EAC MICROFINANCE FACILITY II AB BANK RWANDA	Regional – África Oriental	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	1,00
EAC MICROFINANCE FACILITY II AB BANK TANZANIA	Regional – África Oriental	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	4,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF ABC BANK	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF II CRDB TANZANIA	Regional – África Central	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,50
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF II CRDB TANZANIA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	49,50
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF II FAMILY BANK KENYA	Regional – África Central	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF II FAMILY BANK KENYA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	27,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF II NIC BANK KENYA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	50,00
FNB ZAMBIA FACILITY LOAN FOR SMES AND MIDCAPS	Zâmbia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	14,00
GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III C	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III D	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
IFHA II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	21,70
LUSAKA POWER TRANSMISSION AND DISTRIBUTION NETWORK	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	78,00
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Educação	Participação	Privado	1,50
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Energia	Participação	Privado	12,00
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Saúde	Participação	Privado	3,00
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	2,97
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Resíduos sólidos	Participação	Privado	0,99
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Telecomunicações	Participação	Privado	1,50
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Transportes	Participação	Privado	6,03
MERIDIAM INFRASTRUCTURE AFRICA FUND	Regional – África	Água e saneamento	Participação	Privado	2,01
MICROCRED III	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	3,00
MOMA TITANIUM D	Moçambique	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	21,31
MOZAMBIQUE FINANCIAL SECTOR LINE OF CREDIT MBIM	Moçambique	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
NIGERIA SECOND TIER LOAN E	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
OMNICANE CARBON BURN-OUT	Maurícia	Resíduos sólidos	Empréstimo sénior	Privado	8,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY (EFC PULSE)	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	4,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY AB BANK ZM	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	3,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY BIM	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	10,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY FNBZ	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	6,00
SOUTHERN AFRICA MICROFINANCE FACILITY MOZA BANCO	Regional – África Austral	Serviços	Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio*	Privado	10,00
TVCABO MULTIMEDIA II	Angola	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	20,00
PFEI-FI ACP Cotonu III					
CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FINANCE FACILITY	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
ENERGY ACCESS FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	10,00
TCX - THE CURRENCY EXCHANGE FUND N V	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	40,00
Subtotal para 2015					**568,46**
TOTAL					**4 997,64**

PTU					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2007					
BCI - LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE	Nova Caledónia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
SOCREDO LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENT	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
Subtotal para 2007					**10,00**
2008					
OCTS FINANCING FACILITY	Regional – PTU	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
Subtotal para 2008					**10,00**
2010					
NC-LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE II	Nova Caledónia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
SOCREDO LIGNE ENVIRONNEMENTALE II	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
Subtotal para 2010					**15,00**
2013					
BANQUE DE TAHITI GLOBAL LOAN	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
SOCREDO GLOBAL LOAN VI B	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
Subtotal para 2013					**18,00**
2014					
BANQUE DE TAHITI LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
BANQUE DE TAHITI LIGNE DE CREDIT MICROFINANCE	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	6,00
Subtotal para 2014					**14,00**
2015					
ST MAARTEN FIBRE TO THE HOME FTTH	Sint Maarten	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	8,00
Subtotal para 2015					**8,00**
TOTAL					**75,00**

5. Lista de operações assinadas a cargo de recursos próprios, 2003-2015 (ACP e PTU)

* em moeda local

Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
Estados ACP					
2003					
BEL OMBRE HOTEL A (SENIOR LOAN)	Maurícia	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	6,10
Subtotal para 2003					**6,10**
2004					
BOAD PG IV A	Regional – África Ocidental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
MAGADI SODA PURE ASH PROJECT / A	Quénia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	8,93
MAURITIUS CONTAINER TERMINAL II	Maurícia	Transportes	Empréstimo sénior	Público	14,00
NOVOTEL DENARAU PROJECT	Fiji	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	6,00
VINLEC IV	São Vicente e Granadinas	Energia	Empréstimo sénior	Público	8,30
Subtotal para 2004					**62,23**
2005					
CARIBBEAN DEV BANK III FACILITY	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito	Público	40,00
DANGOTE CEMENT - A	Nigéria	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	57,85
DANGOTE CEMENT - B	Nigéria	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	33,06
SBM GLOBAL LOAN	Maurícia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
Subtotal para 2005					**150,91**
2006					
BLPC IV WIND POWER	Barbados	Energia	Empréstimo sénior	Privado	9,75
FIJI POWER	Fiji	Energia	Empréstimo sénior	Público	24,50
GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II C	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	40,00
LUMWANA COPPER PROJECT C	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	18,00
WEST AFRICAN GAS PIPELINE (WAGP)	Gana	Energia	Empréstimo sénior	Público	75,00
Subtotal para 2006					**167,25**
2007					
AMBATOVY NICKEL PROJECT	Madagáscar	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	260,00
ECOBANK REGIONAL FACILITY	Regional – África Ocidental	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	50,00
INTERCONTINENTAL BANK	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	50,00
MASERU WASTEWATER PROJECT	Lesoto	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	14,30
MUNALI NICKEL PROJECT	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	29,51
PROGRAMME EAU SENEGAL	Senegal	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	15,00
SONEB-ALIMENTATION EN EAU URBAINE	Benim	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	13,00
Subtotal para 2007					**431,81**
2008					
AEP OUAGADOUGOU II	Burquina Faso	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	18,50
ASSAINISSEMENT DAKAR	Senegal	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	20,00
CAPRIVI INTERCONNECTOR PROJECT	Namíbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	35,00
DFL REGIONAL SME	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	9,00
INGA POWER REHABILITATION A	Congo (República Democrática)	Energia	Empréstimo sénior	Público	55,00
JIRAMA ANDEKALEKA HYDRO	Madagáscar	Energia	Empréstimo sénior	Público	24,50
MALAWI PERI-URBAN WATER & SANITATION	Maláui	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	15,75
PORTS OF CAPE VERDE	Cabo Verde	Transportes	Empréstimo sénior	Público	54,80
Subtotal para 2008					**232,55**
2009					
BEIRA CORRIDOR (PORT COMPONENT)	Moçambique	Transportes	Empréstimo sénior	Público	65,00
BENIN-TOGO POWER REHABILITATION (BENIN)	Benim	Energia	Empréstimo sénior	Público	32,00

Pays ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
BENIN-TOGO POWER REHABILITATION (TOGO)	Togo	Energia	Empréstimo sénior	Público	3,00
CAMWATER	Camarões	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	40,00
JKIA UPGRADING AND REHABILITATION	Quénia	Transportes	Empréstimo sénior	Público	63,87
MAURITIUS SUGAR INDUSTRY REFORM	Maurícia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	13,00
MAURITIUS SUGAR INDUSTRY REFORM PROJECT B	Maurícia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	15,00
MOMBASA-NAIROBI TRANSMISSION LINE	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	60,00
OHORONGO CEMENT NAMIBIA	Namíbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	82,30
PORT AUTONOME DE POINTE NOIRE	Congo	Transportes	Empréstimo sénior	Público	29,00
Subtotal para 2009					403,17
2010					
AIDBANK LINE OF CREDIT III A	Domínica	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	7,00
AIDBANK LINE OF CREDIT III B	Domínica	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	1,00
DBSKN LINE OF CREDIT IV - B	São Cristóvão e Nevis	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	0,75
DBSKN LINE OF CREDIT IV - A	São Cristóvão e Nevis	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,24
ETED POWER TRANSMISSION	República Dominicana	Energia	Empréstimo sénior	Público	26,80
MAURITANIA SUBMARINE CABLE CONNECTION	Mauritânia	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Público	7,32
METOLONG DAM AND WATER SUPPLY PROGRAM	Lesoto	Água e saneamento	Empréstimo sénior*	Público	140,00
NIGERIA FRAMEWORK LOAN A	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	80,00
NIGERIA FRAMEWORK LOAN C	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	55,00
NIGERIA FRAMEWORK LOAN D	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	55,00
OLKARIA I & IV GEOTHERMAL EXTENSION	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	119,00
TANZANIA BACKBONE INTERCONNECTOR	Tanzânia (República Unida da)	Energia	Empréstimo sénior	Público	100,65
Subtotal para 2010					597,76
2011					
BOAD PG V A	Regional – África Ocidental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	30,00
BOAD PG V B	Regional – África Ocidental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	30,00
ENERGY DEVELOPMENT AND ACCESS PROJECT	Moçambique	Energia	Empréstimo sénior	Público	33,89
GREAT EAST ROAD REHABILITATION PROJECT	Zâmbia	Transportes	Empréstimo sénior	Público	80,00
IMPROVEMENT TO REGIONAL AIRPORTS	Tanzânia (República Unida da)	Transportes	Empréstimo sénior	Público	50,00
INTERCONNEXION BOLGATANGA-OUAGADOUGOU	Burquina Faso	Energia	Empréstimo sénior	Público	23,00
LAKE VICTORIA WATSAN - KAMPALA WATER	Uganda	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	75,00
SBM LINE OF CREDIT II	Maurícia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	30,00
SEYCHELLES SUBMARINE CABLE PROJECT	Seicheles	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	8,00
SEYCHELLES WATER & SANITATION (OWN RESOURCES)	Seicheles	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	26,74
Subtotal para 2011					386,62
2012					
BARRAGE RESERVOIR DE LOM PANGAR	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Público	30,00
CLSG INTERCONNECTION	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	75,00
EASTERN AFRICA TRANSPORT CORRIDOR	Uganda	Transportes	Empréstimo sénior	Público	55,00
ITEZHI- TEZHI HYDRO PROJECT	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	50,00

ACP States

Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
MOUNT COFFEE HYDRO GEN REHABILITATION	Libéria	Energia	Empréstimo sénior	Público	50,00
TRANSMISSION LINE KAFUE-LIVINGSTONE	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	22,00
Subtotal para 2012					**282,00**
2013					
AEP OUAGADOUGOU III	Burquina Faso	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	33,00
KABALA AEP BAMAKO	Mali	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	50,00
LAKE VICTORIA WATSAN - MWANZA	Tanzânia (República Unida da)	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	45,00
TERRESTRIAL TELECOM CABLE PROJECT	Mauritânia	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Público	15,00
ZAMBIA WATER AND SANITATION PROJECT	Zâmbia	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	75,00
Subtotal para 2013					**218,00**
2014					
AEP NIAMEY	Níger	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	21,00
JIJI MULEMBWE HYDROPOWER BURUNDI	Burundi	Energia	Empréstimo sénior	Público	70,00
LAKE TURKANA WIND POWER B	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Privado	50,00
PROJET ENERGIE GUINEE	Guiné	Energia	Empréstimo sénior	Público	60,00
REHABILITATION OF MAPUTO AIRPORT	Moçambique	Transportes	Empréstimo sénior	Público	20,00
SONABEL SOLAR PLANT BURKINA FASO	Burquina Faso	Energia	Empréstimo sénior	Público	23,00
Subtotal para 2014					**244,00**
2015					
CI ENERGIES NETWORK UPGRADE AND ENERGY EFFICIENCY	Costa do Marfim	Energia	Empréstimo sénior	Público	117,70
ESSENTIAL AVIATION SAFETY UPGRADE - MALAWI	Maláui	Transportes	Empréstimo sénior	Público	21,00
LILONGWE WATER RESOURCE EFFICIENCY PROGRAMME	Maláui	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	24,00
OMVG - INTERCONNECTION A	Guiné	Energia	Empréstimo sénior	Público	65,00
OMVG - INTERCONNECTION B	Senegal	Energia	Empréstimo sénior	Público	20,00
PNG RURAL BRIDGES	Papua-Nova Guiné	Transportes	Empréstimo sénior	Público	53,37
RESTRUCTURATION DES RESEAUX ELECTRIQUES BENIN	Benim	Energia	Empréstimo sénior	Público	18,00
URBAN WATER SUPPLY PROGRAMME ETHIOPIA	Etiópia	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	40,00
Subtotal para 2015					**359,07**
TOTAL					3 541,47

PTU

Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2009					
SOCGEN – LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
Subtotal para 2009					**10,00**
2012					
TAHITI CENTRE HOSPITALIER SWAC	Polinésia Francesa	Energia	Empréstimo sénior	Público	7,50
Subtotal para 2012					**7,50**
2013					
SOCREDO GLOBAL LOAN VI A	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	22,50
Subtotal para 2013					**22,50**
2014					
MEDIPOLE HOSPITAL	Nova Caledónia	Saúde	Empréstimo sénior	Público	20,00
Subtotal para 2014					**20,00**
TOTAL					60,00

Twyford

6. Perspetiva geral das linhas de crédito (FI e RP, ACP e PTU), 2003 - 2015

ESTADOS ACP

País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
Burquina Faso	PG BURKINA FASO II	08/12/2003	10,00	6,85	19
Burquina Faso	PG BURKINA FASO CREDIT BAIL II	08/12/2003	2,00	2,00	11
Camarões	DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II A CAMEROUN	16/12/2003	3,00	3,00	44
Camarões	DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II B CAMEROUN *	16/12/2003	25,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS (EFP)	13/05/2004	90,00	53,68	11
Uganda	DFCU LEASING GLOBAL LOAN	09/08/2004	5,00	5,00	11
Gabão	PRET GLOBAL II (GABON) B	18/10/2004	3,50	3,50	4
Gabão	PRET GLOBAL II (GABON) *	18/10/2004	6,50	0,00	0
Nigéria	NIGERIA GLOBAL LOAN	06/12/2004	50,00	49,63	26
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY (Development Bank of Samoa)	15/10/2005	7,00	6,88	279
Níger	NIGER - PG SECTEUR FINANCIER II	26/10/2005	8,00	8,00	45
Trindade e Tobago	CLICO GLOBAL LOAN	03/11/2005	20,00	10,71	5
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY B (Tonga Development Bank)	15/12/2005	6,00	0,07	1
Cabo Verde	CAP VERT - SECTEUR FINANCIER PG II *	20/12/2005	8,00	0,00	0
Trindade e Tobago	DEVELOPMENT FINANCE LIMITED IX	20/12/2005	7,00	6,85	12
Namíbia	NAMIBIA - OLD MUTUAL MIDINA FUND *	10/03/2006	4,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II	12/05/2006	90,00	68,29	11
Regional – África Central	BDEAC PRET GLOBAL III	24/05/2006	15,00	15,00	4
Uganda	DFCU LEASING GLOBAL LOAN II	28/06/2006	10,00	6,00	11
Regional – África Oriental	EADB REGIONAL FINANCE FACILITY *	17/11/2006	25,00	0,00	0
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II (National Bank of Palau)	05/12/2006	5,00	2,95	41
República Dominicana	SMALL ENTERPRISES GLOBAL LOAN	19/12/2006	3,20	4,00	7 800
República Dominicana	ADEMI V B	19/12/2006	3,00	4,00	234
Ruanda	RW – GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT A	21/12/2006	3,00	3,00	4
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II B	22/12/2006	15,00	12,07	6
Ruanda	RW – GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT B	02/02/2007	7,00	7,02	17
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II B (Development Bank of Niue)*	23/02/2007	2,00	0,00	0
Gabão	PRET GLOBAL III (GABON) *	07/05/2007	7,00	0,00	0
Camarões	PRET GLOBAL PRO-PME II	28/06/2007	4,00	4,00	30
Uganda	PEFF-UGANDA	31/08/2007	30,00	20,92	30
Quénia	PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY *	07/12/2007	20,00	0,00	0
Trindade e Tobago	CLICO GLOBAL LOAN B *	21/12/2007	10,00	0,00	0
Maláui	MALAWI GLOBAL LOAN III	04/06/2008	15,00	5,84	4
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY	12/08/2008	5,00	5,00	9 600
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY B	12/08/2008	10,00	10,00	888
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY C	12/08/2008	3,50	3,50	3 579
Zâmbia	CAPITAL INVESTMENT LINE GL III	26/11/2008	20,00	0,89	1
Níger	NIGER - PG SECTEUR FINANCIER III	19/12/2008	8,00	6,67	20
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III	08/05/2009	90,00	16,83	2
Regional – África Central	BDEAC PRET GLOBAL IV *	26/08/2009	25,00	0,00	0
Ruanda	RWANDA GL III - PRIVATE SECTOR SUPPORT	05/10/2009	5,00	3,81	4
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II C *	20/10/2009	3,00	0,00	0
Santa Lúcia	BANK OF SAINT LUCIA GLOBAL LOAN II	18/12/2009	9,98	2,28	3
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II D	15/02/2010	5,00	2,97	12
Camarões	PRET GLOBAL PRO-PME III (CAMEROUN)	28/06/2010	5,00	5,00	23
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II E	30/08/2010	4,00	0,81	6
República Dominicana	ADEMI RURAL MICROFINANCE	01/11/2010	7,00	0,00	0
Congo (República Democrática)	RAWBANK LINE OF CREDIT (DRC) *	03/11/2010	5,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV	08/12/2010	90,00	0,00	0
Uganda	PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY II	20/12/2010	40,00	40,08	56
Ruanda	RWANDA PRIVATE SECTOR SUPPORT FACILITY	19/09/2011	8,00	0,00	0
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY D	10/10/2011	3,50	3,50	1
Haiti	SOFIHDES GL III	28/10/2011	5,00	5,00	32

ESTADOS ACP

País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
Haiti	ACME HAITI LOCAL CURRENCY LOAN	28/11/2011	3,00	0,00	0
Quénia	PEFF II KENYA A	16/12/2011	7,00	7,00	11
Maurícia	MAURITIUS LEASING LINE OF CREDIT *	19/12/2011	5,00	0,00	0
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II	20/12/2011	6,00	6,00	1
Gana	UT BANK GLOBAL LOAN	20/12/2011	8,00	8,00	7
Quénia	PEFF II KENYA B	21/12/2011	6,50	3,20	5
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II C	28/12/2011	6,00	0,00	0
Regional – Caraíbas	CDB CLIMATE ACTION LINE OF CREDIT	29/12/2011	50,00	20,45	2
Quénia	PEFF III KENYA	11/04/2012	50,00	26,17	18
Quénia	PEFF III KENYA - B	11/04/2012	20,00	20,00	15
Seicheles	DBS GLOBAL LOAN VI	24/08/2012	5,00	2,07	78
Quénia	PEFF II KENYA / C	04/09/2012	6,50	3,00	2
Nigéria	UBA REGIONAL FACILITY	12/11/2012	50,17	6,01	1
Regional – África Oriental	EADB REGIONAL FINANCE FACILITY GL II	27/12/2012	25,00	12,24	7
Nigéria	ACCESS BANK GLOBAL LOAN NIGERIA	28/12/2012	50,00	50,03	13
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF NMB TANZANIA	27/06/2013	50,00	26,38	13
Nigéria	ZENITH BANK MID-CAP LOAN *	21/08/2013	40,00	0,00	0
Nigéria	ZENITH BANK MID-CAP LOAN B	21/08/2013	20,00	20,00	5
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V	30/08/2013	90	0	0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF PRIME BANK	27/09/2013	5,00	2,11	3
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF FAMILY BANK	27/09/2013	10,00	8,00	4
Maláui	MALAWI CREDIT LINE	12/11/2013	15,00	10,41	7
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN B	11/12/2013	50,00	15,85	4
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN C	11/12/2013	25,00	0,00	0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN D	13/12/2013	25,00	0,00	0
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II D	13/12/2013	1,00	0,00	0
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GL III A	23/12/2013	20,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF I AND M RWANDA	23/12/2013	8,00	1,57	6
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF BOA TANZANIA	05/03/2014	7,00	5,74	6
Moçambique	MOZAMBIQUE FINANCIAL SECTOR LINE OF CREDIT MB	19/03/2014	5,00	4,92	10
Quénia	PEFF III KENYA - C	03/04/2014	50,00	8,58	3
Nigéria	ACCESS BANK LINE OF CREDIT NIGERIA II	12/08/2014	50,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF CRANE BANK UGANDA	01/09/2014	28,00	8,74	3
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III B	06/10/2014	20,00	16,00	8
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF HFB UGANDA	28/10/2014	13,00	0,00	0
Regional – África Oriental	PTA BANK - CREDIT LINE FOR SMES AND MIDCAPS	25/11/2014	64,00	0,00	0
Regional – África Austral	PTA BANK - CREDIT LINE FOR SMES AND MIDCAPS	25/11/2014	16,00	0,00	0
Botsuana	BANCABC REGIONAL FACILITY FOR SME AND MIDCAPS (B)	02/12/2014	20,00	7,57	6
Zâmbia	BANCABC REGIONAL FACILITY FOR SME AND MIDCAPS (Z)	04/12/2014	25,00	9,27	7
Regional – África	ECOBANK REGIONAL FACILITY III	19/12/2014	80,11	9,25	6
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF CRDB UGANDA	29/12/2014	20,00	0,00	0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN E	20/01/2015	20,00	0,00	0
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III C	05/05/2015	10,00	8,70	4
Regional – Caraíbas	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FINANCE FACILITY	28/05/2015	10,00	0,00	0
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR LOAN III D	08/06/2015	15,00	6,37	2
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II E	17/09/2015	10,00	0,00	0
Zâmbia	FNB ZAMBIA FACILITY LOAN FOR SMES AND MIDCAPS	27/11/2015	14,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF ABC BANK	01/12/2015	5,00	0,00	0
Moçambique	MOZAMBIQUE FINANCIAL SECTOR LINE OF CREDIT MBIM	21/12/2015	20,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II NIC BANK KENYA	29/12/2015	50,00	0,00	0
Regional – África Central	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II CRDB TANZANIA	29/12/2015	5,50	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II CRDB TANZANIA	29/12/2015	49,50	0,00	0
Regional – África Central	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II FAMILY BANK KENYA	29/12/2015	3,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF II FAMILY BANK KENYA	29/12/2015	27,00	0,00	0

ESTADOS ACP					
País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
RECURSOS PRÓPRIOS					
Regional – África Ocidental	BOAD PG IV A	10/12/2004	25,00	25,00	6
Maurícia	SBM GLOBAL LOAN	28/07/2005	20,00	20,00	4
Regional – Caraíbas	CARIBBEAN DEV BANK III FACILITY	22/12/2005	40,00	39,98	9
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II C	22/12/2006	40,00	10,73	3
Regional – Caraíbas	DFL REGIONAL SME	22/12/2008	9,00	4,40	9
Domínica	AIDBANK LINE OF CREDIT III A	14/07/2010	7,00	7,00	22
Domínica	AIDBANK LINE OF CREDIT III B	20/09/2010	1,00	0,00	0
São Cristóvão e Nevis	DBSKN LINE OF CREDIT IV A *	17/12/2010	5,24	0,00	0
São Cristóvão e Nevis	DBSKN LINE OF CREDIT IV - B *	17/12/2010	0,75	0,00	0
Maurícia	SBM LINE OF CREDIT II	16/05/2011	30,00	26,67	26
Regional – África Ocidental	BOAD PG V A	15/06/2011	30,00	15,00	3
Regional – África Ocidental	BOAD PG V B	15/06/2011	30,00	30,00	6
	Total para os Estados ACP		2 403,45	928,01	23 232

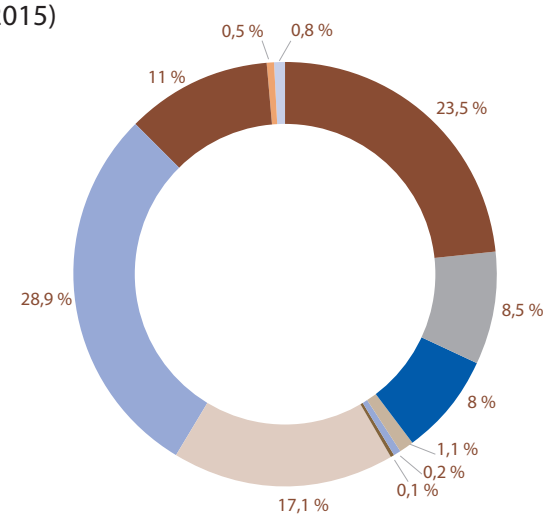
PTU					
País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
FACILIDADE DE INVESTIMENTO					
Nova Caledónia	BCI - LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE	29/11/2007	5,00	5,00	3
Polinésia Francesa	SOCREDO LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENT	10/12/2007	5,00	3,83	8
Regional - PTU	OCTS FINANCING FACILITY *	09/05/2008	10,00	0,00	0
Nova Caledónia	NC-LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE II *	08/07/2010	10,00	0,00	0
Polinésia Francesa	SOCREDO LIGNE ENVIRONNEMENTALE II	09/07/2010	5,00	5,00	11
Polinésia Francesa	BANQUE DE TAHITI GLOBAL LOAN	22/03/2013	8,00	8,00	14
Polinésia Francesa	SOCREDO GLOBAL LOAN VI B	18/11/2013	10,00	5,50	10
Polinésia Francesa	BANQUE DE TAHITI LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE	15/10/2014	8,00	2,90	7
Polinésia Francesa	BANQUE DE TAHITI LIGNE DE CREDIT MICROFINANCE	15/10/2014	6,00	0,00	0
RECURSOS PRÓPRIOS					
Polinésia Francesa	SOCGEN - LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE *	19/10/2009	10,00	0,00	0
Polinésia Francesa	SOCREDO GLOBAL LOAN VI A	18/11/2013	22,50	14,12	14
	Total para os PTU		99,50	44,35	67

* contrato anulado após a assinatura

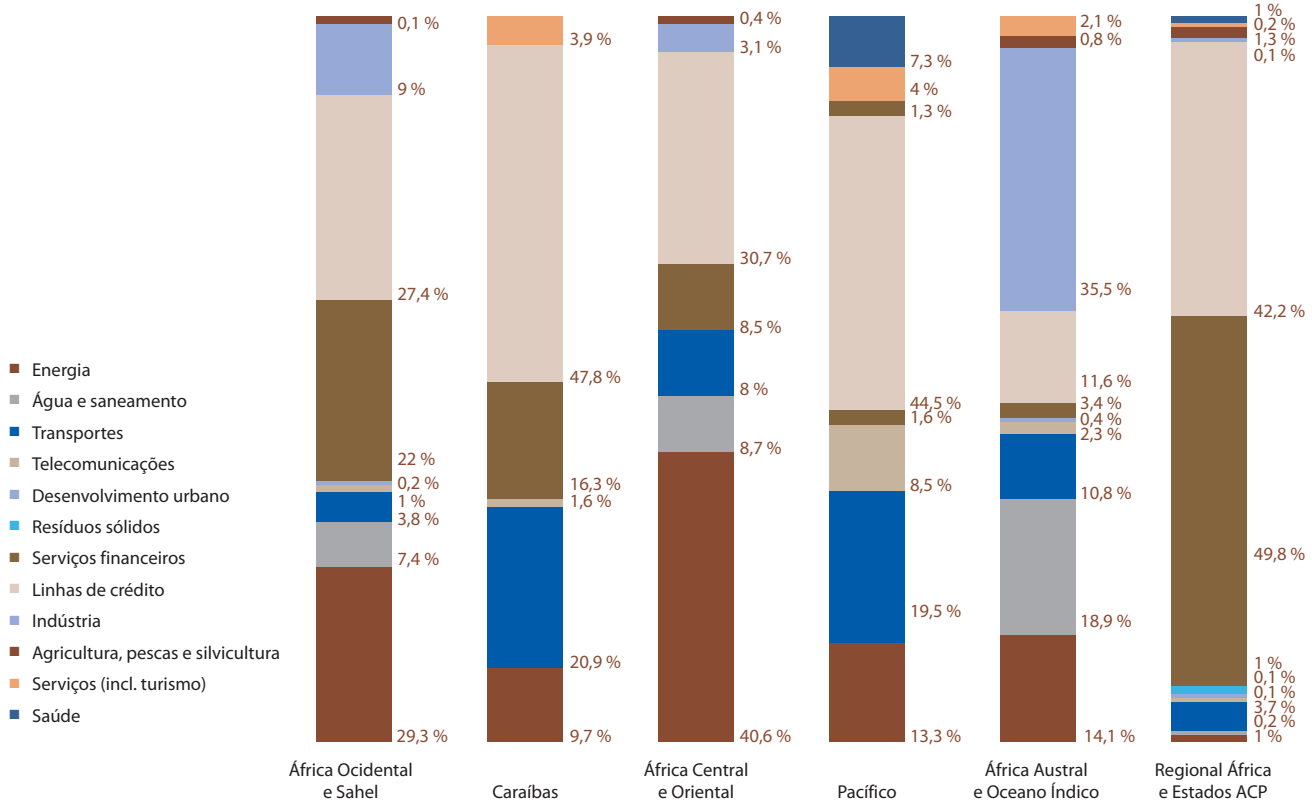
7. Evolução da desagregação dos financiamentos desde a criação da Facilidade de Investimento

Montante acumulado das assinaturas a cargo de RP e da FI de Cotonu (ACP E PTU) (01/04/2003 - 31/12/2015)

Desagregação por setor

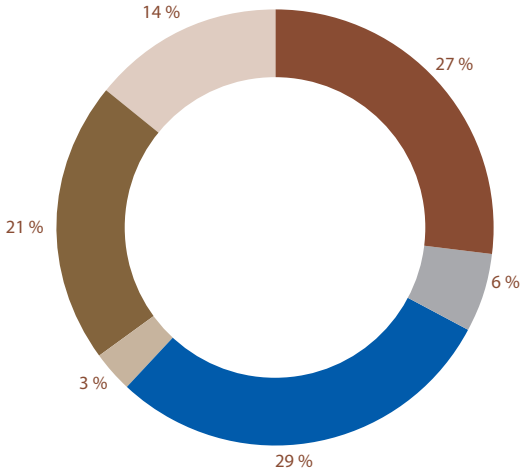


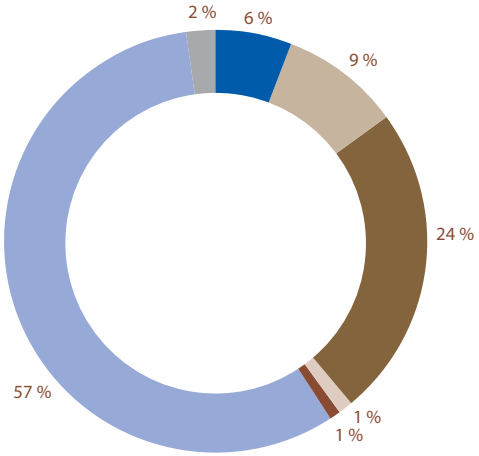
Desagregação por setor e região



Desagregação por região

- África Ocidental e Sahel
- Caraíbas
- África Central e Oriental
- Pacífico
- África Austral e Oceano Índico
- Regional África e Estados ACP

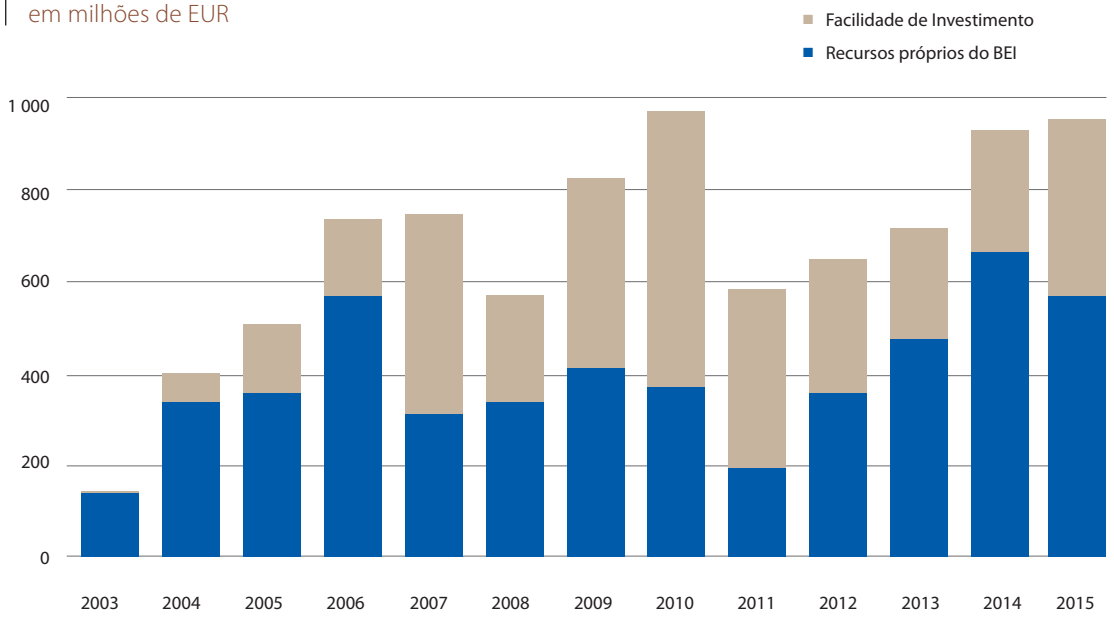




Desagregação por instrumento financeiro

- Acordo de agência (Acordo-Quadro dos EFP)
- Tomada de participação
- Linha de crédito
- Linha de crédito para microfinanciamento e capital próprio
- Garantia
- Empréstimo sénior
- Empréstimo subordinado e quase-capital

Desagregação por ano em milhões de EUR



8. Endereços do BEI

Banco Europeu de Investimento

98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg

+352 43 79-1
+352 437704

www.eib.org/acp – **info@eib.org**

Gabinetes Regionais nos Estados ACP e nos PTU

Caraíbas / República Dominicana

1063, Ave. Abraham Lincoln,
Ensanche Serrallés
Santo Domingo

+1 8094734496
+1 8094734031
santodomingo@eib.org

África Central e Oriental / Nairóbi

Africa Re Centre, 5th Floor,
Hospital Road, PO Box 40193
KE-00100 Nairobi

+254 202735260
+254 202713278
nairobi@eib.org

Pacífico / Sydney

Level 32
88 Phillip Street
Sydney NSW 2000
Austrália

+61 282110536
+61 282110538
sydney@eib.org

África Austral e Oceano Índico / Tshwane (Pretória)

5, Greenpark Estate
27, George Storrar Drive
Groenkloof 0181, Tshwane Pretoria
África do Sul

+27 124250460
+27 124250470
pretoria@eib.org

África Ocidental e Sahel / Dacar

3, rue du Docteur Roux
BP 6935 Dakar-Plateau
Senegal

+221 338894300
+221 338429712
dakar@eib.org

O BEI agradece aos seguintes promotores e fornecedores pelas fotografias que ilustram o presente relatório:

© Fototeca do BEI, © Shutterstock, © Europaid, © Novastar, © Pamiga, © Omnicane, © Istock.com/Ivorr, © ADA/ Andrés Lejona, © AFDB/BAD.

Paginação: Equipa gráfica do BEI.

Impresso na Imprimerie Centrale em papel MagnoSatin com tintas à base de óleos vegetais. Este papel, certificado em conformidade com as regras do Forest Stewardship Council (FSC), é composto em 100 % por fibra virgem (pelo menos 50 % da qual provém de florestas bem geridas).

MIX
Paper from responsible sources
FSC® C103749

Banco Europeu de Investimento

o banco da UE

Banco Europeu de Investimento
98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg
+352 4379-1
+352 437704
www.eib.org – **info@eib.org**

Relatório Anual 2015

das atividades do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos países e territórios ultramarinos

© BEI 04/2016 print: QH-AG-16-001-PT-C ISBN 978-92-861-2681-9 ISSN 1725-9266 doi:10.2867/536277
digital: QH-AG-16-001-PT-N ISBN 978-92-861-2675-8 ISSN 2443-6844 doi:10.2867/85411
© EIB GraphicTeam